



Anais da Assembléia

N. 80

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE AGOSTO DE 1987

ANO XIII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 66.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 1.987
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Pirajá Ferreira e Lindolfo Júnior.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pesutti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quilse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valdeir Mendes Vilela e Werner Wanderer (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Alves, Acyr Mezzadri, Ezequias Losso, Homero Oguido e Luiz Alberto Oliveira. (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Emenda:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL N.60/87

Art. 161 - Fica estabelecido em quinze mil o número de assinaturas necessárias para apresentação de emendas populares à

Constituição do Estado do Paraná.

§ 1º - Os assinantes terão que ser eleitores, constando, inclusive, ao lado da assinatura, o número do respectivo título de eleitor.

§ 2º - Os subscritores poderão assinar, no máximo, três emendas distintas.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

Apoio: Nestor Baptista, Luiz Carlos Alborghetti, Dirceu Manfrinato, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, João Arruda, Gernote Kirinus, Amélia Hruschka, Raul Lopes, Cândido Bastos, Nelson Vasconcellos, Caíto Quintana, Rafael Greca, Vera Agibert, Pirajá Ferreira, Edmar Luiz Costa, Antônio Costenaro Neto, Ferrari Júnior e Djalma de Almeida César.

JUSTIFICATIVA:

Os membros da Assembléia Estadual Constituinte, investidos na função de elaborar a Carta Magna Paranaense, não poderão dispensar a colaboração popular na elaboração do mais importante documento que traçará as diretrizes do ordenamento jurídico do Estado.

Assim sendo, entendemos que esta Emenda dará oportunidade de recebermos inteligentes idéias advindas diretamente daqueles dos quais somos representantes democraticamente eleitos.

Diante do exposto, esperamos receber apoio dos nobres colegas também interessados em elaborar - da melhor forma possível - a nossa Constituição.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dado Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 88/87, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a isentar as instituições declaradas e utilidade pública das taxas de água e energia elétrica.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 128/87, que cria, no Estado do Paraná, o Hospital do Servidor.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 53/87, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem n. 40/87.

Do aprovado, REQUER, ainda, que se dê ciência aos ilustres Professores Paulo Maia de Oliveira, digníssimo Presidente da Associação os Professores do Paraná, (Rua Voluntários da Pátria, 1405 - sala 475 - 14º andar, nesta capital), e Pedro Eloi Rech, digníssimo Presidente da Associação do Paraná - Núcleo de Umuarama, (Praça Santos Dumont, 3899 - Umuarama - PR.).

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 090/87, que declara de utilidade pública a "Associação dos Funcionários Aposentados do Baneestado", com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10.08.87

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei 085/87, que declara de utilidade pública a "Associação dos Viajantes do Sudoeste Novo", com sede e foro na cidade de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 10.08.87

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dado Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 19/87, de autoria do Poder Executivo, que concede pensão a Sra. Maria Nicolas.

Sala das Sessões, em 10.08.87

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dado Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 42/87, de sua autoria, que estabelece o cadastramento de empresas de produção cultural, cir-

cense, de teatros ambulantes e demais companhias congêneres.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto que cria o município de Moura, desmembrado de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 10.08.87

(a) DOMINGOS SCARPELINI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja dado Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 89/87, de sua autoria, que disciplina a prestação de contas das instituições declaradas de utilidade pública.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dado Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 162/84, de autoria do Governo do Estado, que regulamenta o preenchimento de funções do quadro de pessoal regido pela CLT na administração direta e indireta do Estado.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 87/87, de sua autoria, que declara de utilidade pública a augusta e respeitável "Loja Simbólica Alexander Fleming", com sede e foro em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor João Lobato da Mota Machado, um dos pioneiros da comunidade de Foz do Iguaçu, onde residiu de 1951 a 1964. João Lobato Machado foi Coletor Público em Foz do Iguaçu, Vereador nesta cidade de fronteira, Tabela em Foz e Curitiba, além de

ter sido jornalista profissional. Casado com Aífa Machado, deixou os filhos Sinval, Samir e Sérgio, figuras de destaque na sociedade paranaense, além de oito netos.

Requer, ainda, seja dado conhecimento desta manifestação à família enlutada, à Rua Bento Viana, 380, em Curitiba. Sala das Sessões, em 10.08.87

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor Oscar Sanches Monteiro, Professor da Universidade Federal do Paraná, ocorrido nesta Capital, dia 05 do mês em curso, deixando viúva e três filhos.

Requer, ainda, que da decisão do Plenário se dê ciência à família enlutada, na pessoa de sua esposa, Prof.^a Maria Cecília Magalhães Monteiro, à Rua Washington Luiz, n. 100, Jardim Social, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Professora Aparecida Ferreira Kutz Dreer, ocorrido em Umuarama, no dia 24 de julho do corrente ano.

Requer, outrossim, que se dê ciência desta decisão aos seus familiares (Rua Mandaguari, 5525 - Umuarama - PR).

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER seja transcrito nos Anais desta Casa de Leis, voto de pesar pelo falecimento do casal doutor Nabor Moraes Silva Netto e Senhora Maria Lúcia Mansel Silva, ocorrido dia 8 de julho do corrente ano, no município de Umuarama - PR.

REQUER, outrossim, que se dê ciência desta decisão, aos seus familiares (Av. Rio Branco, 3854, Umuarama - PR).

Sala das Sessões, em 10.08.87

(a) ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER,

após ouvido o Plenário, seja concedido um voto de pesar pelo falecimento do General de Exército Idílio Sardenberg, Deputado Constituinte pelo Paraná em 1932, ocorrido a 30 de maio último.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Gaúcho de Porto Alegre, o General Idílio Sardenberg passou a infância e a adolescência em Curitiba, onde iniciou marcante presença profissional e efetiva atuação política. Eleito Deputado, foi Constituinte pelo Paraná, tendo se destacado na elaboração da Constituinte de 1934, firmando posições na defesa dos interesses paranaenses e na afirmação de teses nacionalistas como a intransigente preocupação com o petróleo brasileiro e a preservação do solo amazônico, à época enfrentando assédio invulgar das multinacionais.

Transferido para o Rio de Janeiro manteve-se sempre dentro de um comportamento nacionalista, tendo exercido as funções de Chefe de Gabinete do Marechal Henrique Sufles Teixeira Lott na época em que fortes grupos visavam impedir a posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira. No Governo deste, chamado a presidir a Petrobrás, marcou de forma indelével a sua gestão voltando-a para os interesses nacionais e incrementando-a com sucessivas inaugurações de outras refinarias. Ao mesmo tempo, enfrentou ferrenha luta com os grupos alienígenas na Amazônia e no Recôncavo baiano, denunciando os objetivos do Projeto Jari.

Ao deixar a PETROBRÁS, eleito Jânio Quadros, foi distinguido para a Chefia do Estado Maior das Forças Armadas - EMFA - matando a mesma coerência, tendo efetuado decisivos contatos no sentido de sensibilizar as áreas das Forças Armadas no processo de extinção da ditadura e início de democratização do País. O General Idílio Sardenberg definiu-se quando do movimento militarista de 1964, contrário à deposição do Presidente João Goulart, posicionando-se a favor da manutenção da ordem constitucional.

Seu desaparecimento deixa enlutada a sociedade brasileira e as Forças Armadas se vêem privadas de um dos mais dignos e respeitados representantes, de vez que todas as suas promoções foram alcançadas por indicação de seus correligionários, fato inédito no Exército brasileiro.

Uma vez aprovado, requer seja dada ciência à família enlutada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de pesar pelo falecimento do

Senhor Antonio de Paiva Cantelmo, ocorrido no dia 25 de julho de 1987, em Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Antonio de Paiva Cantelmo foi por duas vezes Prefeito do município de Francisco Beltrão. Devemos sempre lembrar o seu exemplo de dedicação à vida pública, de amor ao próximo e de eterna preocupação com o bem-estar social da população do Sul doeste.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Júlio Tymus, ocorrido no dia 28 de junho último, na cidade de Cruz Machado.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos cinquenta e seis anos de idade, faleceu no dia 28 de junho de 1987, na cidade de Cruz Machado, o senhor Júlio Tymus.

Deixando viúva dona Norma e os filhos Dalila, Valmor e Sílvio.

O passamento do Senhor Júlio Tymus veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de toda a comunidade da região.

A morte privou seus familiares e amigos do convívio, entretanto, nos corações de todos ficou sua eterna presença.

A Assembléia Legislativa tem o sagrado dever de associar-se à dor que abalou a família Tymus, endereçando-lhe voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Aloyzio Sott, ocorrido no primeiro dia de agosto na cidade de Cruz Machado.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a falecimento do Senhor Aloyzio Sott, perde Cruz Machado um de seus mais respeitados chefes de família, cujo passamento, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o grande círculo de amigos daquela região.

O passamento do Senhor Aloyzio Sott, deu-se aos sessenta e seis anos de idade, deixando viúva dona Malvina e dezesseis filhos, entre os quais o Vereador Francisco Sott e mais quarenta e nove netos.

Ao longo da existência as pessoas ou passam e desaparecem sem deixar marcas na memória dos outros, ou marcas profundamente a passagem por conquista de amizades e por características de bom relacionamento com a comunidade, como foi o caso do grande amigo e companheiro.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos de Deus têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos e sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo.

A Assembléia Legislativa sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Sott, enviando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todas conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Edemar Ernsen, ocorrido no último dia 07 nesta Capital.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada, bem como ao Dr. Delcíno Tavares da Silva, Secretário de Estado da Saúde, para que receba e transmita a todos os funcionários daquela pasta, especialmente aqueles ligados ao 2º Distrito Sanitário, profundo pesar desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de trinta e sete anos, faleceu no último dia 07, nesta Capital, vítima de pertinaz enfermidade, o Doutor Edemar Ernsen, Chefe do 2º Distrito Sanitário da Secretaria da Saúde.

Deixou viúva, Dona Terezinha e dois filhos: Karina e Bruno.

O passamento do Doutor Edemar veio abrir enorme lacuna no seio da sua família, bem como entre seus colegas de trabalho e seu grande círculo de amigos.

A vida privou seus familiares e amigos de seu convívio, entretanto, no céu as mãos de Deus têm muito mais espaço para cobrir de bênçãos a cada um de seus filhos e sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo, onde será acolhido e entrará para a vida eterna.

Seus familiares, seus colegas e amigos, choram premidos pela dor, e a Assembleia Legislativa tem o sagrado dever de associar-se à dor que abalou a todos, endereçando voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado, em Ata desta sessão, voto de congratulações à Polícia Militar do Paraná pela comemoração do 133º aniversário de árduo e competente trabalho desta instituição para o orgulho de todos os paranaenses.

REQUER, ainda, seja dado ciência da decisão da Casa à referida entidade na pessoa do Coronel Wantuir Borges.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, registre em Ata desta sessão de voto de congratulações à Presidência da COPEL pela decisão de mudar o traçado de uma linha de transmissão de alta tensão que atingiria uma reserva florestal em Palmeira, com o objetivo de preservá-la. Esta medida demonstra o interesse pela preservação do meio ambiente através de uma conduta que deve servir como exemplo para outros órgãos públicos e privados.

REQUER, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa à referida entidade.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja inserido nos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações aos atletas paranaenses que participaram do campeonato Brasileiro de Ginástica Olímpica realizado na Cidade de Campo Grande, no

Estado do Mato Grosso do Sul, onde o Paraná se sagrou vice-campeão brasileiro.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Ainda há que se registrar que dentre os integrantes da seleção brasileira, nada menos do que cinco atletas são do Município de Bandeirantes, cujo trabalho de base foi desenvolvido pelo atual Prefeito Municipal de Bandeirantes, Prof. João do Carmo Santiago, que desde o início de sua administração vem trabalhando em favor do esporte amador de Bandeirantes e do Paraná.

Finalmente, ainda há que se destacar que a Diretoria Técnica da Seleção Paranaense é a Professora Elizete Mendes Coltri, a qual comandou entre outros os jovens atletas Leandro Aparecido, Valéria Nogueira de Souza, Petruska Karina de Sant'Anna, Luciana Rodrigues do Amaral, Fabiane Pelegrini, Helena Massumi Sato, Vanessa Camargo Saad e Dianez Marta Carlet.

Do presente, REQUER ainda que se dê conhecimento aos atletas mencionados, ao ilustre Prefeito Municipal, à Câmara dos Vereadores, e ao Secretário de Estado dos Esportes Senhor Edson Gradia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, voto de congratulações, pelo 9º Encontro Estadual de Comitês Educativos, realizado recentemente em Guarapuava.

REQUER, ainda, que da decisão do Plenário seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Adair Mazzotti, DD. Secretário Nacional de Cooperativismo SENACOOOP, com sede no Ministério da Agricultura - SBS - Ed. Adriana - Brasília/DF., e aos Ilustríssimos Senhores Antônio Carlos Ferraro Biasi, Diretor-Presidente da ACARPA/EMATER, sito à Rua da Bandeira, 171 nesta Capital; Wilson Thiesen, Presidente da OCEPAR, Av. Cândido de Abreu, 501 nesta Cidade; Silvío Tedéo, Extensionista Estadual da ACARPA, Caixa Postal 1662, nesta Capital. Em Guarapuava, aos Senhores Edson Rodrigues Bastos, Presidente da COAMIG, Rua Pedro Alves, 104; Luiz Fernando Brondani, Extensionista Regional da ACARPA, Rua T. Gomes, 240, e ao Ilustríssimo Senhor Dionísio Sevigiani, M.D. Coordenador da CECEPAR, sendo endereçado à Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda. - COOPERVALE - Av. Independência, 2.347, CEP: 85.940 - PALOTINA/PR.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Com a promoção da ACARPA/EMATER e COAMIG, contando com o apoio da ACEPAR, SENA-COOP e CECEPAR, foi realizado o 9º Encontro Estadual de Comitês Educativos na Cidade de Guarapuava.

Inicialmente, foram avaliados de forma sucinta os feitos realizados desde o 8º Encontro, com os resultados alcançados, objetivos de trabalhos e dificuldades encontradas.

Brilhante é o objetivo que se espera e deseja, como a integração da família, da mulher do jovem. Além disso com uma integração social entre os comitês, pretende-se dar condições de conhecimento de cooperativas à família do cooperado e inúmeras outras possibilidades dos cooperados e seus familiares auxiliarem as organizações formais e informais a nível de comunidade, como: Associações, Comitês Educativos, Grupos de Senhoras e Clubes de Jovens.

Todas as ações deverão ser de forma a contribuir e auxiliar a assistência no meio rural, sem esquecer o dever do Estado.

Deste modo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é necessário referir-se a este um encontro, o qual demonstrou o grande interesse da comunidade cooperativista, almejando melhores condições aos cooperados. Assim, nada mais justo que prestarmos uma homenagem pelo sucesso alcançado, pelo dinamismo, motivo de orgulho e admiração.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de congratulações ao empresário Ercílio Slaviero, pela inauguração da nova sede administrativa da Companhia de Cimento Itambé, localizada no quilômetro zero da Rodovia BR-277.

A inauguração da nova sede marca também os quarenta e dois anos de existência do conglomerado Slaviero que conta com dez empresas, atuando em diversos ramos, desde a revenda de veículos, firma de importação e exportação e de reflorestamento, sendo que a Companhia Itambé deve atingir, até o final do ano, uma produção diária de duas mil toneladas de cimento.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência ao homenageado, no endereço supra.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO -

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimen-

tais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, um voto de louvor pela atitude patriótica do Meritíssimo Juiz de Direito, de Corumbá, Senhor Luiz Saldanha Rodrigues, que emitiu ordem judicial impedindo a realização do 3º Rali Pantaneiro, que deveria ter ocorrido nos últimos dias 07, 08 e 09 no Pantanal do Mato Grosso do Sul.

REQUER, ainda, que da decisão sejam informadas as entidades envolvidas na preservação da natureza, cuja relação anexamos ao presente.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

O assunto é tão preocupante que já em junho de 1972 as Nações Unidas promoveram uma conferência sobre o ambiente humano, em Estocolmo, quando líderes científicos e intelectuais de cinquenta e oito países, numa experiência única de colaboração internacional, dispuseram-se a oferecer críticas e contribuições sobre os problemas advindos do uso desequilibrado dos recursos naturais.

Esforços conjuntos e isolados têm se desenvolvido no sentido de despertar na humanidade a consciência de "qualidade de vida", diretamente vinculada à "qualidade do meio ambiente".

O 3º Rali Pantaneiro esteve em vias de ser realizado nos últimos dias 07, 08 e 09, apesar da constatação do prejuízo causado à fauna da região no ano passado, quando da realização do mesmo evento.

Muitas vozes se elevaram contra a agressão prestes a acontecer à natureza, no Pantanal, dentre elas, a nossa.

Não houve pronunciamentos de autoridades e quando pensávamos que o clamor que emitíamos era ouvido como débil gemido, chega-nos a notícia da ordem judicial emitida pelo Meritíssimo Juiz de Direito de Corumbá, proibindo o Rali.

Desnecessário dizer do nosso júbilo e da fé, que nos motiva a pensar que a natureza e humanidade sobreviverão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de louvor a Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Osmar Fernandes Dias, pelos relevantes serviços prestado ao Estado do Paraná, primeiramente como Presidente da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFE DO PARANÁ -, moralizando uma empresa que se encontrava desacreditada e falida, e atualmente a frente da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, realizando um trabalho sério e competente, de

acordo com os princípios traçados pelo Governador Álvaro Dias.

Sala das Sessões, e 10.08.87.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja retirado da Ordem do Dia, por dez sessões, o Projeto de Lei n. 123/85, de autoria do Deputado Ivan Gubert, que dá nova redação ao artigo da Lei n. 7051/78, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da ORDEM DO DIA, por cinco sessões, o Projeto de Lei n. 214/86, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que eleva o número de Vereadores da Câmara Municipal de Ivaiporã, em 2.ª Discussão.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja retirado da pauta, por dez sessões consecutivas, o Projeto de Lei n. 226/86 (Mensagem n. 125/86) de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(aa) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB e

NESTOR BAPTISTA

Líder do Governo

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

CONSIDERANDO que as denúncias veiculadas pela imprensa estadual, com insistência e regularidade, de que atos de corrupção vêm se verificando no esporte do Paraná, em especial no futebol, onde o suborno, os resultados previamente combinados, as arbitragens facciosas, os excessos de dirigentes, a irresponsabilidade profissional dos atletas estão se tornando a regra geral;

CONSIDERANDO que a construção do "Estádio do Pinheirão" se constitui num escândalo que há muitos anos mancha o mundo do esporte paranaense, envolvendo instituições públicas, como o Município de Curitiba,

o BANESTADO, e a Federação Paranaense de Futebol, servindo de fonte oficial de estelionato com a venda de cadeiras cativas; usando-se dinheiro público sem que se saiba a destinação.

CONSIDERANDO que cabe ao Legislador Estadual, no exercício de sua atribuição fiscalizadora, zelar pelo interesse público e pelo bem comum, no caso, resguardando o esporte do Paraná que se vê privado de possuir um estádio estadual - de todos os clubes -, conforme destinação legal do Pinheirão;

REQUER, o Deputado que este subscreve, na forma do disposto no Art. 34 do Regimento Interno e demais disposições legais, após ouvido o Plenário a constituição, pelo prazo de cento e vinte dias, composta por nove Deputados, DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO NO ESPORTE DO PARANÁ.

Instruindo o presente requerimento, cópias dos seguintes documentos:

1) - Lei Municipal n. 3.583, de 29 de novembro de 1969, que "Autoriza o Poder Executivo a doar à Federação Paranaense de Futebol, o imóvel que especifica";

2) - Lei Municipal n. 4.900, de 2 de setembro de 1974, que "Autoriza a hipoteca do imóvel doado à FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL";

3) - Mandado de notificação do Juiz de Direito da 1.ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de Curitiba, à Federação Paranaense de Futebol;

4) - Apelação Cível n. 506/84 - Acórdão n. 3078 do Tribunal de Justiça;

5) - Pronunciamento do requerente, feito na Câmara Municipal de Curitiba em 11 de junho de 1985, denunciando as irregularidades do Estádio do Pinheirão e requerendo constituição de CPI na Câmara;

6) - Notícia publicada no jornal "Diário do Paraná", em 10.10.69;

7) - Síntese das Conclusões e Proposições do VII Fórum de Debates, realizado na Assembleia em 15.10.1984;

8) - Artigo publicado em jornal da Capital - comentário sobre a corrupção dentro do futebol paranaense.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento: Antônio Belinati, Djalma de Almeida César, Pedro Tonelli, Eduardo Baggio, Anibal Khury, Hermas Brandão, Paulino José Delazeri, Cândido Bastos, Lindolfo Júnior, Rafael Greca, Valderi Mendes Vilela, Artagão Mattos Leão, David Cheriegate, Amélia Hruschka, Sabino Campos, Irondi Pugliesi e Raul Lopes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, no uso de suas atribuições

REQUER, após a anuência do Plenário, seja fixada a data de 18 de outubro deste ano para a realização de Sessão Solene para a entrega do título de Cidadão Honorário do Paraná ao doutor Leonel Brizola.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário o envio de solicitação oficial aos Excelentíssimos Senhores Secretário da Agricultura e Diretor-Presidente da EMATER, apelando no sentido de que os Engenheiros Agrônomos Luiz Carlos Sechela e Alfidina Mendes, permaneçam prestando seus serviços no escritório da ACARPA da Cidade de Guarapuava.

Os referidos engenheiros estão radicados em Guarapuava desde 1979, onde seus filhos freqüentam os colégios locais e sempre prestaram seus serviços profissionais no escritório da ACARPA naquela cidade.

Recentemente, os referidos engenheiros foram transferidos para trabalharem no escritório da ACARPA de Moreira Sales, no norte do Estado, causando, em consequência, enormes transtornos para os referidos profissionais, que sempre tiveram reconhecidos seus excelentes desempenhos profissionais e que não podem ser penalizados por eventual perseguição política.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Sr. Evaldo Podolan, Excelentíssimo Sr. Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Estado do Paraná, no sentido de que seja estudada a viabilidade de se fornecer à Comunidade de Interlagos, no Município de Cascavel, os aparelhos necessários para a formação de uma fanfarra escolar.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

A fanfarra escolar é uma aspiração do corpo docente e discente da comunidade de Interlagos, liderados pelo professor João Araújo.

Essa fanfarra é pleiteada com a finalidade de pelo menos poderem ser usadas nas comemorações da Semana da Pátria, em torno de 7 de setembro.

A fanfarra requerida deverá ser composta do mínimo de aparelhos necessários para que a mesma possa atuar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício ao Sr. Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação, com urgência, de Posto de Serviço Telefônico - PS, na localidade de Alto Bela Vista, Município de Enéas Marques.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

A populosa localidade de Alto Bela Vista, distrito administrativo do município de Enéas Marques, destaca-se tradicionalmente como comunidade de elevado índice de produtividade agrícola e pecuária.

Distante do centro urbano, sofre com a inexistência de um sistema de comunicação, constringendo seus moradores às naturais dificuldades, insuperáveis especialmente nos casos de doença que exigem decisão rápida.

Há muito tempo os habitantes de Alto Bela Vista reclamam providências oficiais nesse sentido, reivindicando urgente instalação e implementação de um posto de serviço telefônico, por meio do qual as providências poderão ser ultimadas - seja na área de saúde ou de negócios - com a urgência que requerem.

Isto posto, requeremos o encaminhamento do pedido à autoridade acima designada, solicitando a providência explicitada dentro do programa que já vem sendo executado, com conhecido sucesso, pela concessionária paranaense do sistema de telecomunicações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que se encaminhe ofício ao Sr. Delegado do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, para que autorize os municípios de Capanema, Pérola D'Oeste e Planalto, a extraírem areia do Rio Iguaçu, no Município de Capanema, com base no artigo 26, letra O, da Lei n. 4771, de 15.09.65, Código Florestal; artigo 3º, da Lei n. 6567, de 24.09.78; e artigo 4º, do Regulamento dos Parques Nacionais, Decreto n. 84.014, de 19.09.79.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

Os nobres Vereadores do município de Capanema honraram-nos com o envio de cópia do documento encaminhado ao Sr. Delegado

do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, no qual fazem completa exposição do constrangimento legal a que foram sujeitados os municípios de Capanema, Pérola D'Oeste e Planalto, impedidos de continuar extraindo areia do Rio Iguaçu, atividade que abasteceu por muitos anos o mercado e a indústria da construção civil da Região.

Com o impedimento, a areia necessária passou a ser importada de abastecedores localizados a mais de 300 quilômetros, aviltando sobremaneira os preços do mineral.

Proceda, pois, a reivindicação dos Municípios, especialmente pelo amparo legal que os assiste na legislação deprecada no documento encaminhado ao IBDF. A autorização, vindo permitir a reabertura dos portos de areia de Capanema, não só ajudará socialmente a Região, com a reposição dos empregos anteriormente perdidos, como concorrerá para a queda e reequilíbrio dos preços atualmente praticados nessa atividade, não só na região da fronteira, como em todo o Sudoeste paranaense.

Temos certeza de que o apoio dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis do Paraná sensibilizará o Sr. Delegado do IBDF, o qual, certamente, promoverá o necessário estudo que viabilize o atendimento ao justo pedido dos municípios de Capanema, Pérola D'Oeste e Planalto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofícios ao Sr. Álvaro Dias, Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná e ao Sr. Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de se estudar as possibilidades de pavimentação da estrada que liga Santa Rita do Oeste ao município de Terra Roxa, numa extensão de aproximadamente 30 quilômetros.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação da estrada que liga Santa Rita do Oeste ao município de Terra Roxa, trará benefícios incontáveis aos que dependem do comércio e atividades existentes na localidade denominada Terra Roxa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Cultura e Esporte, objetivando a

construção de uma quadra de esportes para o Patrimônio Primavera, no Município de Lunardelli.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação baseia-se nas reivindicações daquela comunidade. O seu atendimento resultará em grandes benefícios àquela população, que conta com inúmeros esportistas, e ainda permitiria o atendimento em condições apropriadas às necessidades da prática da educação física dos quatrocentos alunos que estudam no Ginásio Estadual Leonardo Becker, nos períodos diurno e noturno.

Por tratar-se de uma justa reivindicação para o Patrimônio Primavera, esperamos merecer a especial atenção, resultando no pronto atendimento por parte da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao DD. Diretor-Presidente da SANEPAR, Dr. Roque Robinson Piráguine, solicitando a implantação de um sistema de abastecimento de água, no Patrimônio Primavera, Município de Lunardelli.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO.

JUSTIFICATIVA:

O presente expediente fundamenta-se nas reivindicações da comunidade daquele Patrimônio, a qual vem enfrentando uma série de dificuldades por não possuir água potável em suas residências, como também o Ginásio Estadual Leonardo Becker, que possui quatrocentos alunos que sofrem as mesmas consequências.

Neste sentido, por tratar-se de inegável melhoria para a população do Patrimônio Primavera, esperamos um pronunciamento favorável sobre o assunto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Sr. Presidente da ACARPA, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura, solicitando a designação de um técnico agrícola para o escritório da ACARPA, no Município de Lunardelli.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Lunardelli é uma região essencialmente agrícola, e é desnecessário comentar a importância do mesmo dentro do contexto estadual, no que diz respeito às suas atividades na agricultura e pecuária.

O escritório da ACARPA daquele município, não dispõe, atualmente, de um técnico agrícola para prestar, junto ao setor, a assistência devida aos agricultores, ocasionando sérios transtornos, sempre que se faz necessária a presença deste profissional, tendo-se que recorrer aos municípios vizinhos para se obter orientação.

Diante dos fatos, solicitamos que a ACARPA, em conjunto com esta Pasta, providencie num menor prazo de tempo possível, a contratação de um técnico agrícola para o seu escritório em Lunardelli, o qual nesta data encontra-se fechado, pois o único técnico que lá atendia, está afastado das atividades daquele órgão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Sr. Presidente da ACARPA, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura, solicitando a designação de um médico veterinário para o escritório da ACARPA, no Município de Lunardelli.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Lunardelli é uma região essencialmente agrícola, e é desnecessário comentar a importância do mesmo dentro do contexto estadual, no que diz respeito às suas atividades na agricultura e pecuária.

O escritório da ACARPA daquele município, não dispõe, atualmente, de um médico veterinário para prestar, junto ao setor, a assistência devida aos pecuaristas, ocasionando sérios transtornos, sempre que se faz necessária a presença deste profissional, tendo-se que recorrer aos municípios vizinhos para se obter orientação.

Diante dos fatos, solicitamos que a ACARPA, em conjunto com esta Pasta, providencie num menor prazo de tempo possível, a contratação de um médico veterinário para o seu escritório em Lunardelli, o qual nesta data encontra-se fechado, pois o único técnico que lá atendia, está afastado das atividades daquele órgão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Heinz

Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a viabilização das pavimentações das seguintes estradas rurais:

a. Estrada rural n. 420, que liga a Usina de Alcool Americana até a PR-525, numa distância aproximada de um quilômetro;

b. Estrada rural n. 201, ligando a Fazenda Americana até a Escola Estadual da Seção Cabiúna, numa distância aproximada de 3 quilômetros;

c. Estrada rural n. 505, que liga PR-525 à PR-090, numa distância aproximada de 7 quilômetros;

d. Estrada rural n. 002, que liga a sede do Município à PR-090, numa distância aproximada de 2 quilômetros, perfazendo um total aproximado de 13 quilômetros, no município de São Sebastião da Amoreira.

Tal pedido prende-se ao fato de que as pavimentações asfálticas viriam, prioritariamente, beneficiar o setor agrícola, que é explorado por pequenos e médios produtores da região.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Vicente Masahiro Okamoto, DD. Prefeito Municipal de Goioerê, parabenizando aquela municipalidade pela passagem do aniversário do Município.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O município de Goioerê é um dos mais prósperos e progressistas do nosso Estado. O exemplo de trabalho e confiança nos destinos desta nação, refletem-se no crescimento daquela cidade, que se constitui num exemplo para os demais municípios do nosso Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Antônio Bernardino Sena, DD. Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, parabenizando aquela edilidade pela inauguração da nova sede da sua Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Câmara Municipal de Goioerê vem

prestando relevantes serviços àquela comunidade, através da atuação exemplar e dignificante de seus vereadores. Por este motivo, a inauguração da nova sede da Câmara Municipal é motivo de satisfação, porque fornecerá condições mais adequadas para seu funcionamento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Sr. Gilberto Geraldo Garbi, Diretor-Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, solicitando a construção de um Posto de Serviço Telefônico - PS, na Ilha do Mel, nas localidades de Prainhas ou Encantadas.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

A Prainha - ou Encantadas -, localidades da Ilha do Mel, com aproximadamente 40 moradores permanentes, estão sofrendo sérias dificuldades com a retirada, pela TELEPAR, sem justa causa, de um aparelho telefônico que servia como meio de comunicação mais rápida, uma vez que o único meio de transporte é feito através de barco até Paranaguá ou Pontal do Sul.

Além de favorecer aos turistas, tal medida também beneficiará aos moradores, que são pescadores e necessitam de telefone para comunicação de emergência e comercialização dos pescados.

Por tratar-se, seguramente, de uma justa reivindicação, e por entender que a construção de um posto de serviço em muito beneficiará aquelas localidades, espera-se, por parte dessa Companhia, o pronto atendimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da COHAPAR, Sr. Odeni Villaca Mongruel, solicitando ao mesmo que sejam realizados estudos de viabilidade da inclusão de Presidente Castelo Branco no projeto Mutirão Habitacional, para suprir o déficit de moradias no Município.

Requer ainda, sejam enviados expedientes ao Sr. Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal do Município supracitado, para ciência.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da COHAPAR, Sr. Odeni Villaca Mongruel, solicitando ao mesmo que sejam realizados estudos de viabilidade da inclusão de Ourizona, no projeto Mutirão Habitacional, para suprir o déficit de moradias no Município.

Requer ainda, sejam enviados expedientes ao Sr. Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal do Município supracitado, para ciência.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da COHAPAR, Sr. Odeni Villaca Mongruel, solicitando ao mesmo que sejam realizados estudos de viabilidade da inclusão de Lobato, no projeto Mutirão Habitacional, para suprir o déficit de moradias no Município.

Requer ainda, sejam enviados expedientes ao Sr. Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal do Município supracitado, para ciência.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao DD. Secretário de Estado da Administração, Dr. Mário Pereira, no sentido de reivindicar àquela Secretaria, uma ambulância para o atendimento do setor de Saúde do Município de Ivatuba.

Requer, ainda, seja oficiado ao DD. Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

É de suma importância, de grande utilidade e necessidade premente uma ambulância para o Município de Ivatuba, destinada a dar atendimento àquela comunidade nos casos de urgência.

Como se sabe, a ambulância oferecerá maiores opções, proporcionando segurança e eficácia no transporte dos enfermos, quando se fizer necessário.

Não é raro o transporte de enfermos serem feitos em carros particulares, em caráter precário, não oferecendo segurança e eficácia.

O município de Ivatuba, apesar de já

integrado ao Programa AIS- Ação Integrada de Saúde, possuindo unidades de Saúde, Sindicato Rural, Hospital Municipal, não possui uma ambulância em condições de uso para dar atendimento assistencial em casos de urgência, promovendo a integração dos serviços de saúde à comunidade. (Conf. Sr. Vereador Nereu Pinto de Souza).

Inclusive o Deputado requerente, teve requerimento aprovado em sessão plenária de 09 de junho do corrente ano, no qual solicitava à Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social, a ambulância objeto do presente, e obteve informações através de ofício n. 983/87/GS, subscrito pelo DD. Secretário de Saúde, informando que, apesar de justa a solicitação, não haveria forma de atendê-la, pois além de não haver dotação orçamentária para a aquisição, estão elas proibidas, de conformidade com o disposto pelo Decreto Governamental n. 159/87. Sugeriu, também, que fosse tentada solução para o problema, através desta Secretaria de Administração - DETO, na qual, temos certeza, será analisado com profundidade o problema exposto, dando uma solução positiva para o solicitado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e dentro da maior brevidade possível, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Ascênio Garcia Lopes, Secretário Especial da Secretaria de Estado do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, encaminhando projeto para Melhoria e Modernização do Escritório Modelo da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Arapongas, elaborado pelo próprio estabelecimento de ensino.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto destina-se à aquisição de equipamentos necessários à instalação de escritório modelo para atender a uma clientela constituída de duzentos e doze alunos do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Arapongas.

O objetivo do Escritório Modelo é capacitar o contabilista com tarefas práticas, relacionando assim a teoria e a prática. O escritório modelo deve ser constituído de maneira criteriosa a fim de servir de instrumento de ensino-aprendizagem para que o aluno adquira as aptidões necessárias para enfrentar a profissão e as dificuldades do campo de trabalho. Fazer o aluno arcar com as despesas de pagamento das anuidades e ainda do equipamento necessário seria um estímulo à evasão esco-

lar, o que não se pretende.

A respectiva faculdade tornou-se uma cidade-pólo da região, convergindo para ela alunos das cidades circunvizinhas. Portanto, a realização da presente proposta traria benefícios que extrapolam o Município de Arapongas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este assina, na observância dos critérios regimentais, REQUER, após decisão do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor João Carlos Finardi, Digníssimo Presidente do BANESTADO S/A., para que estude, junto com as demais autoridades do setor financeiro, um meio de criar, em regime de urgência, linha de crédito para o atendimento às micro e pequenas empresas do Estado, em decorrência das recentes medidas adotadas pelo Governo Federal, que resultaram em apoio para a negociação de suas dívidas.

Sala das Sessões, em 10.08.87

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

A implantação, pelo Governo Federal, das recentes medidas de apoio financeiro às micro e pequenas empresas, consubstanciadas na Resolução T.355 e Circular n. 1182, de 10.06.87, do Banco do Brasil, proporcionou um certo alento à categoria, às voltas com pesados encargos do serviço da dívida, oriunda de empréstimos contraídos pelos microempresários, principalmente à época do Plano Cruzado, situação agravada pela queda no faturamento.

Entretanto, o critério contido no inciso V da Resolução 1.335, limitando a renegociação a 20% do faturamento da empresa no ano civil de 1986, gerou grande apreensão junto ao segmento, tendo em vista a insuficiência desse limite para cobertura dos encargos e o principal da dívida.

O faturamento em 1986 não alcançou, certamente a expressão monetária devida, pela conjugação de dois fatores: o congelamento relativo de alguns preços, e por outro lado, a ocorrência de sobrepreço (ágio).

Paralelamente, a massa da dívida cresceu assustadoramente, face à exacerbação dos índices de variação da LBC e juros.

Por conseguinte, a utilização do faturamento de 1986 como critério levará, com certeza, a uma injusta aferição do "quantum" a ser negociado da dívida, gerando excedentes significativos.

Diante do exposto, solicitamos a apreciação dos nobres Pares para a solução da presente petição.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Camilo Calazans, Digníssimo Presidente do Banco do Brasil S/A., para que agilize os estudos e a implantação de um Posto Avançado dessa instituição na Cidade de Atalaia, pelos motivos expressos na justificativa anexa, elaborada pela administração municipal.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o Município de Atalaia tem uma estrutura fundiária formada em sua grande maioria por pequenos e médios proprietários e um número expressivo de arrendatários.

Considerando que o Município de Atalaia é o maior produtor de bicho-da-seda (sericultura) do Paraná, e que os agricultores estão servidos por uma moderna Cooperativa, com capacidade instalada de 6 mil toneladas de recebimento de grãos;

Considerando que o Município possui somente uma Agência do BANEESTADO e que a mesma não atende a 10% dos financiamentos agrícolas dos produtores;

Considerando que cerca de 90% dos financiamentos agrícolas têm de ser feitos no Município vizinho de Nova Esperança, e que cerca de 60% dos depósitos dos Banco ITAÚ e BRADESCO são originários dos produtores de Atalaia;

Considerando que a maioria destes produtores têm que deslocar-se várias vezes à Nova Esperança, acarretando com isso perda de tempo e elevação dos custos de sua produção;

Considerando que o Banco do Brasil, em estudos já feitos anteriormente, deu parecer favorável à abertura de um Posto Avançado do mesmo em nosso Município;

Considerando que esta é uma reivindicação da comunidade Atalaiense há muito tempo, é que solicitamos o apoio e a ingerência dos nobres Pares no sentido da aprovação da presente petição.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Deputado Rubens Bueno, solicitando o envio de auxílio financeiro a Associação João Paulo II das Senhoras Santamelienses, com sede na Cidade de Santa Amélia.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Referida solicitação se faz tendo em vista os relevantes serviços prestados por essa Associação às pessoas carentes do Município de Santa Amélia, sem ter efetuado, até a presente data, qualquer convênio e sem haver recebido ainda qualquer auxílio financeiro de órgãos públicos.

Do presente, REQUER ainda, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores e a Senhora Neide Tereza Escalante Otenio, presidenta da referida Associação, com endereço à rua Prefeito Carlírio Gomes dos Santos, n. 06, em Santa Amélia - PR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao Dr. Delcino Tavares da Silva, ilustre Secretário de Estado da Saúde, e ao Superintendente Regional do INAMPS no Estado do Paraná, no sentido de serem ampliadas as vagas hospitalares para internamentos dos beneficiários do INAMPS na Sociedade Hospitalar e Beneficente de Bandeirantes, Santa Casa de Misericórdia de Bandeirantes e Instituto de Medicina e Cirurgia de Bandeirantes Ltda - Pronto Socorro São Lucas, ambos na Cidade de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Referida solicitação se faz em função de ambos hospitais possuírem vinte e sete médicos atendendo em Pediatria, Clínica Geral, Obstetrícia, Cirurgia, Anestesiologia, Ortopedia, Cardiologia, Dermatologia, Traumatologia, Fisioterapia e Odontologia, sendo todos credenciados pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social.

Atualmente estão sendo utilizados mais de 65% dos internamentos concedidos somente para a clínica obstétrica, ficando o restante insuficiente para o atendimento das demais clínicas, dessa forma prejudicando os direitos dos demais beneficiários, pois após o dia 20 de cada mês não restaram mais vagas para internamento, restando somente aos necessitados utilizar o único meio existente, que é o do pagamento, e quando não há dinheiro, são internados e ou atendidos como indigentes.

BANDEIRANTES, pela sua localização climática, possui sempre inúmeros casos de pediatria que necessitam de internamentos, levando-se em consideração aos casos de obstetrícia, não restando outra alternati-

va a não ser recorrer ao aumento de vagas para internamentos, único meio de ver resolvido o problema apontado.

Do presente, REQUER ainda, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal de Bandeirantes, à Câmara de Vereadores; ao Dr. Paulo Sidney Zambon, Provedor da Santa Casa; ao Dr. Adilson Sorace, Diretor Administrativo do Hospital São Lucas e ao Sr. Ademir Vieira, coordenador da CIMS, sendo que a correspondência poderá ser enviada através da Prefeitura Municipal de Bandeirantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Diretor - Presidente da TELEPAR Senhor Gilberto Geraldo Garbi, no sentido de ser instalado um telefone público "orelhão" na Cidade de Itambaracá, à rua Interventor Manoel Ribas n. 150, visto o grande número de pessoas que circulam no local e necessitam da utilização de telefone, o que sem sombra de dúvidas irá diminuir as dificuldades que a população itambaracaense enfrenta para a utilização de tão importante serviço público.

Do presente, REQUER ainda, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores e especialmente ao nobre Vereador José Carlos de Carvalho, que é o autor do pedido.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados expedientes às autoridades abaixo nominadas, solicitando autorização para a construção de dois "quebra-molas" (lombadas), na altura do trevo de acesso à Cidade de Sarandi, sendo um no sentido Marialva - Sarandi, e, o outro, no sentido Maringá - Sarandi.

01 - Dr. Antônio Alberto Canabrava, Diretor Geral do DNER (Av. Pres. Vargas, 522 - Rio de Janeiro - RJ).

02 - Dr. Toyoshi Sakai, Chefe do 9º Distrito Rodoviário Federal (Av. Vitor Ferreira do Amaral, 1.500 - Curitiba-PR).

REQUER, ainda, seja enviado ofício ao Senhor Prefeito Municipal de Sarandi, Julio Bifon, e ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, para ciência.

Sala das Sessões, 10.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O trevo de acesso ao Município de Sarandi, é localizado às margens da Rodovia BR-376, a qual, como é sabido, é a principal via de acesso entre o norte novo e o sul do Estado. Pelo seu tráfego intenso, tem vitimado várias pessoas que por lá transitam, chegando a uma média de cinco municípios por semana (conforme informações de moradores residentes na localidade).

O Deputado ora subscritor, teve um requerimento aprovado por esta Casa, no qual solicitava através da Secretaria de Estado dos Transportes a construção de uma passarela elevada no trecho supra citado, mas dada a morosidade da construção da passarela, e a extrema necessidade de um fluxo mais lento, seria importante, em regime de urgência, a autorização do DNER para a construção dos "quebra-molas", enquanto não seja aprovada a construção da passarela suspensa. Inclusive a Prefeitura Municipal de Sarandi se coloca à disposição para executar a obra, sem nenhum ônus para o DNER, conforme comentários do Vereador Carlos, ocupante de uma cadeira naquele Legislativo Municipal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da COHAPAR, Sr. Odeni Villaca Mongruel, solicitando do mesmo, que sejam realizados estudos de viabilidade da inclusão de Santa Fé no projeto Mutirão Habitacional, para suprir o déficit de moradias no Município.

REQUER, ainda, sejam enviados expedientes ao Senhor Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal do supra citado Município, para ciência.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Senhores Álvaro Dias, Governador do Estado e Mário Lopes dos Santos, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, sugerindo a criação da Comarca de AMPÉRE.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma antiga reivindicação da população do Município. Acreditamos que os requisitos exigidos para que o Município seja elevado à condição de Comarca serão plenamente satisfeitos. Os benefícios

daí advindos são incontáveis. Isto posto, esperamos que as autoridades supracitadas atendam ao solicitado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após a aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Roque Robinson Piráguine, Digníssimo Diretor Presidente da SANEPAR, solicitando a criação da Superintendência Sudoeste/Oeste, na Cidade de Cascavel, Paraná.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

JUSTIFICATIVA:

As regiões SUDOESTE/OESTE do Estado hoje integram a Superintendência Regional Sul. O grande número de municípios que a ela se vinculam, e o crescente número de usuários atendidos, torna deficitária a operacionalidade da Superintendência. As características geográficas, econômicas e demográficas das regiões SUDOESTE/OESTE diferem totalmente das demais regiões do Estado, e já possuem uma pequena infraestrutura que facilitará e reduzirá os custos de implantação da nova Superintendência, podendo-se ainda aproveitar os recursos humanos já operantes nas Regiões, as quais acreditamos possuir todos os requisitos necessários para viabilizar tecnicamente o empreendimento.

À vista do exposto, o proponente encarece a anuência dos nobres Pares desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após anuência do Plenário, seja endereçado expediente ao Diretor de Habitação da Caixa Econômica Federal, em Brasília, Doutor Flávio Peixoto, solicitando que sejam determinadas providências para solução de problemas que surgiram com a construção do Conjunto Residencial Água Verde, em Londrina, através do INOCOOP.

Em novembro de 1985, dentro das normas legais, cento e quarenta famílias habilitaram-se formalmente para aquisição de apartamento nesse Conjunto Residencial. Ninguém teve dificuldades para comprovação da renda familiar. E a prestação, inicialmente prevista, estava dentro do orçamento dos novos mutuários.

Estranhamente, quando a obra está prestes a ser entregue, ao invés do júbilo, da confraternização natural daqueles que sonharam com a casa própria, vem a terrível informação do INOCOOP de que a renda familiar e a prestação inicial serão

superiores aos índices anteriormente fixados. Resultado: alguns mutuários correm o risco de ficarem alijados do imóvel que vinham cultivando com grande carinho e esperança.

Para que isso não ocorra, apelamos ao Diretor de Habitação da Caixa Econômica Federal, no sentido de autorizar seja feita uma diminuição nos juros a ser cobrados anualmente, baixando, conseqüentemente, os valores da renda familiar e da prestação, dentro dos objetivos do governo da Nova República.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

É público e notório o encaminhamento dado pelo Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias à constatação dos desvios de recursos públicos da PROMOPAR, resultando daí a prisão de sete servidores envolvidos, e a decretação da prisão administrativa da principal envolvida, a Senhora Edmara Oliveira Lara.

Ao ser procurado por um dos familiares dos presos, informava-me ele de que seu parente "nada devia" e que a culpada era a Edmara, pelo feito de que era ela quem recebia o montante do dinheiro e repassava a quantia de seus salários, figurando eles como meros instrumentos no desvio. Aliás, esta é a versão constante dos autos e divulgada pela imprensa.

Recentemente, recebi em meu gabinete cópia de uma declaração, supostamente assinada pela própria acusada, endereçada em país vizinho ao nosso, onde responsabiliza o atual Secretário da Agricultura, Osmar Dias, e o Ex-Superintendente do IAM - Instituto de Assistência ao Menor - Sr. Teófilo Bacha, como autores intelectuais do crime.

A acusação é grave, por afirmar que o dinheiro foi usado para campanha eleitoral, e principalmente porque, segundo a declaração, o então candidato ao Governo do Estado do Paraná conhecia aquela prática e chegou a agradecer a declarante "pelo apoio e a cooperação que estava prestando à campanha".

Diante do exposto, este Deputado REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, solicitando a apuração das acusações e, se confirmadas, punir com os rigores da lei os responsáveis.

Independente da veracidade ou não das afirmações, este deve ser o procedimento mais sensato, inclusive como forma de moralizar os atos da administração pública, recuperar a imagem combatida das autoridades perante a população e extirpar, de vez, a hedionda prática da corrupção e do

uso da máquina administrativa em campanhas eleitorais pessoais.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado, solicitando sua interferência com vistas à solução do problema gerado com a expropriação de agricultores no Município de Marmeleiro, como também os das áreas limítrofes à rodovia ligando Francisco Beltrão ao Município de Verê.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Senhor Governador, o problema dos agricultores expropriados no Município de Marmeleiro já se arrasta há muito tempo. Esta demanda, encontra-se aos trâmites finais da Justiça.

Através de contatos mantidos com o INCRA, recebemos a informação de que o dinheiro para o pagamento aos agricultores já está depositado em juízo, mas, em função de problemas ocorridos com alguns dos envolvidos, o INCRA resolveu pagar somente após sua completa solução.

Porém, nada mais justo do que o INCRA pagar aos agricultores que estão com as suas respectivas documentações em ordem, e adiar o pagamento daqueles que apresentam problemas. Esta medida nos parece a mais adequada para solucionar a questão.

No que se refere aos agricultores expropriados na área limítrofe à rodovia ligando os Municípios de Francisco Beltrão a Verê, a questão está praticamente resolvida, faltando apenas a liberação dos recursos por parte da Secretaria da Fazenda para se processar o pagamento aos agricultores.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer envio de expediente ao Ministro da Fazenda pedindo que os preços não sejam descongelados.

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, seja endereçado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, formulando apelo para que os preços não sejam descongelados, conforme reiteradas matérias que têm sido vinculadas na imprensa nacional.

A classe trabalhadora brasileira continua percebendo salários muito distanciam-

dos de suas reais necessidades, em que pese o abono recentemente concedido pelo governo. E, um descongelamento, de acordo com autorizados especialistas econômicos, poderá provocar o retorno da pesada taxa inflacionária que tanto mal-estar causou à população brasileira, em tempos bem recentes. Já que nossas autoridades alegam não ter condições de fixar salários mais justos, é de se esperar que esse tão propalado descongelamento não seja implantado, único meio capaz de evitar um agravamento ainda mais sério de nossa crise social.

Pelas razões expostas, esperamos a compreensão do Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, suspendendo eventuais estudos que estejam sendo feitos com vistas a um possível descongelamento que, caso concretizado, terá a reprovação da quase totalidade das famílias de nosso País.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Professor Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando o atendimento às reivindicações da população Iporãense, relatadas no ofício n. 01/87, de 17.07.87 (em anexo), da Presidência do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Iporã.

REQUER ainda, que do aprovado se dê ciência deste ao ilustre Senhor José Sorilha Baladeli, Presidente da Diretoria Provisória do citado Conselho, (Caixa Postal 154 - CEP 87.500 - Iporã - PR).

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

Em 11 de julho próximo passado, por ato do Senhor Prefeito Municipal de Iporã, foi criado o Conselho de Desenvolvimento Municipal, o qual em seus primeiros trabalhos elegeu como prioridade número um a construção de um prédio próprio para acolher o Colégio Estadual de Ensino de 2º Grau, no Município.

Esta reivindicação foi encaminhada através de ofício n. 009/87, em 17.07.87, pelo Presidente, Senhor José Sorilha Baladeli, o qual prazeirosamente encampo por se tratar de benefícios coletivos de enorme valor social.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor

ROQUE ROBINSON PIRAGINE, ilustre Diretor Presidente da SANEPAR, no sentido que determine averiguação aos resultados sobre o abaixo-assinado da comunidade do Núcleo Habitacional São Cristóvão- COHAPAR II, de Umuarama, encaminhado àquele órgão sob o Protocolo nº 193.418, em 08 de dezembro de 1986.

Do aprovado, Requer ainda, se dê ciência aos ilustres Vereadores Dr. Massachi Mariushi e Sebastião Calixto Barbosa, e aos Senhores Orlando Aguera Degan (Av. Presidente Castelo Branco, 4.283), e João Luiz Sartori (Conjunto Cohapar II- Casa 26), de Umuarama.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

No dia 08 de dezembro de 1986, foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor João Elísio Ferraz de Campos, então Governador do Estado, um abaixo-assinado contendo cento e oito assinaturas, representando cerca de quinhentas famílias, moradores no Núcleo Habitacional São Cristóvão - Cohapar II, em Umuarama-Paraná, que reivindicavam urgentes providências no sentido de que seja implantado a canalização pluvial e a rede de esgoto, bem como outras melhorias no referido conjunto.

A crítica situação em que se encontram os moradores daquele Núcleo necessita de medidas urgentes por parte dos órgãos do Governo, em especial da SANEPAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor HEINZ GEORG HERWIG, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja viabilizado o alargamento da Estrada Borboleta, no trecho entre a Estrada Dourada e Palmital, no Município de Umuarama, com o objetivo de beneficiar o escoamento e o trânsito nesta área, visto ser uma região agrícola, constituída principalmente de pequenos e médios produtores.

Do aprovado, REQUER ainda, seja dada ciência aos ilustres Vereadores Antônio Pedroso e Paulo Sebastião Salesse, do Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor

Luiz Carlos Jorge Hauhy, Digníssimo Secretário de Estado das Finanças, para que providencie a instalação de uma Agência de Rendas, em Ivaté, Distrito de Umuarama.

Do aprovado, Requer ainda, seja enviado cópia aos Senhores Mauro Barucci, Av. Minas Gerais, 2342, e Doutor Aldino Panazolo, Rua Londrina, 234, ambos de Ivaté-Pr.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, para que seja viabilizado estudo para a pavimentação asfáltica da "Estrada Cebileira", no trecho compreendido entre a PR-323, do Parque Industrial, na Cidade de Umuarama.

Do aprovado, Requer ainda, se dê ciência ao Ilustríssimo Senhor Nelson Sagiorato, mui digno Vereador da Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

O referido trecho dá acesso ao Parque Industrial da Cidade, ligando o setor produtivo à Rodovia de escoamento. A obra viria facilitar o acesso e o transporte dos produtos e dos trabalhadores, principalmente em dias de chuva.

A própria Câmara Municipal de Umuarama, através do Vereador Nelson Sagiorato, está reivindicando a pavimentação acima citada, visando oferecer melhores condições de trânsito no local.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, digníssimo Secretário de Estado da Educação, no sentido de que seja viabilizado, em caráter urgente, a reconstrução do prédio da Escola Rural do Rio das Pedras, no Município de Paranaguá.

Do aprovado, Requer ainda, seja dada ciência ao Senhor Joelso França Alves, residente no Rio das Pedras, em Paranaguá.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

As condições em que se encontra a citada escola, por si só já justifica a ne-

cessidade premente de reconstruí-la, acrescentando-se ainda, o fato de o Núcleo Regional de Educação de Paranaguá, tê-la interditado por falta de condições de uso. As crianças da dedicada e abnegada professora Maria Nilta, estão sem aula, pois a escola está caindo. Portanto, solicitamos ao Excelentíssimo Senhor Secretário, prioridade máxima, para que o mais breve possível, possamos ter novamente a nossa escola.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Antonio Lopes de Noronha, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando providências urgentes na reconstrução e reforma do prédio da Delegacia, no Distrito de Santa Eliza, Município de Umuarama.

Do aprovado, Requer ainda, seja dado ciência ao Ilustre Delegado de Polícia de Umuarama, e ao digníssimo Senhor Antônio Pedroso Vereador desta cidade.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

São péssimas as condições em que se encontra o prédio da Delegacia de Santa Eliza, não permitindo que o órgão possa oferecer aos munícipes, eficiência e segurança, no trabalho de prevenção e repressão aos marginais, necessitando de urgentes reparos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, REQUER, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor João Carlos Finardi, mui digno Presidente do Banco do Estado do Paraná, para que providencie a instalação de uma Agência do BANESTADO e/ou um Posto de Serviço em Ivaté, pertencente ao Município de Umuarama.

Do aprovado, Requer ainda, se dê ciência aos Senhores Mauro Barucci, Av. Minas Gerais, 2342, e ao Doutor Aldino Panazzolo, Rua Londrina, 234, ambos de Ivaté.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Ivaté, será dentro de mais alguns meses, transformado em Município, tal é a sua pujante economia e densidade demográfica. Isto representa uma real necessidade de se ter um órgão local que possibilite aos munícipes operarem com li-

nhas de crédito, beneficiando tanto a região como o Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Antonio Lopes de Moronha, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando destinar à Delegacia de Polícia do Município de Umuarama, duas viaturas policiais novas, equipadas com xadrez e rádio transmissor/ receptor; a instalação de um aparelho telefônico PABX nas dependências da Delegacia e de um aparelho de rádio amador.

Da aprovação, Requer ainda, se dê ciência ao Ilustríssimo Senhor Leonil Ribeiro, Digníssimo Delegado de Polícia de Umuarama e ao Vereador Massachi Mariushi, daquela cidade.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

As condições em que se encontra o aparelho policial de Umuarama está muito aquém das reais necessidades e do porte de uma cidade pujante, como a da "Cidade da Amizade".

As constantes diligências a que é solicitada a referida repartição pública, exige melhores condições físicas e materiais, visto os recursos humanos, apesar de poucos serem abnegados e competentes em seu trabalho, em atender nas diligências cotidianas, oferecendo aos munícipes, eficiência e segurança no trato da prevenção e repressão aos marginais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Professor Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando sua especial atenção, para estadualização do Grupo Escolar Carlos Gomes, no distrito de Santa Elisa, do Município de Umuarama, conforme indicação de nº 07/87, do Ilustre Vereador Antônio Pedroso, datado de 30.06.87.

Do aprovado, Requer ainda, que se dê ciência ao Digníssimo Vereador acima citado, (Câmara Municipal de Umuarama- Av. Brasil, 4781- Umuarama).

Sala das Sessões, em 10.08.87

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

As precárias condições do Ensino de 1º Grau, na zona rural, se faz também por falta de condições financeiras da entidade

mantenedora, no caso, o Município que mal tem atendido as necessidades básicas das escolas municipais da zona urbana, o que leva a justificar a presente solicitação, pois, passando o estabelecimento acima enunciado, à responsabilidade do Estado, poderá este gerir melhores condições de ensino, beneficiando conseqüentemente a comunidade local.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja enviado expediente aos Excelentíssimos Senhores Professor Belmiro Valverde Jobim Castor, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, e Doutor Delcino Tavares da Silva, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando que em ação conjunta das duas Secretarias, enviem esforços para a destinação e instalação de um Gabinete Odontológico simplificado, a ser instalado na Escola Estadual Souza Neves, em Umuarama- Pr.

Do aprovado, Requer ainda, se dê ciência à digníssima Diretora daquele estabelecimento, Rua Canan, 4633, e ao Ilustre Vereador Doutor Massachi Mariushi, ambos de Umuarama- Pr.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado DAVID CHERIEGATE, ao final assinado, com os demais de sua Bancada que o apóiam, no uso de suas funções constitucionais e na forma prescrita pelo Regimento, REQUER, a Vossa Excelência, após a aprovação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Professor Álvaro Fernandes Dias, instando-o a promover, pelos meios de solução efetiva reservados à Federação pela ordem jurídica da República, o recebimento, pelo Estado do Paraná, dos "royalties" de Itaipu, por sua participação no lastro de riquezas naturais, cedidas ao empreendimento binacional.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

Dos 1.483 km² do reservatório da Usina de Itaipu, o Estado do Paraná contribuiu com aproximadamente 900 km², em cuja área empresta ao leito do lago as "Sete Quedas do Iguaçu", que eram uma das mais raras belezas naturais do planeta, excelsa atração turística e fonte econômica da região de Guaíra; ainda empresta as terras de maior fertilidade do Brasil, que o Pa-

raná perdeu grande força de produção agrícola que redundava em desfalque de divisas.

Enfim, os prejuízos para o Paraná não terá, jamais, nenhuma compensação do empreendimento de Itaipu. Daí, esses prejuízos compõem a quota de participação de riquezas do Estado, no empreendimento da União. E, por equilíbrio federativo, o Estado do Paraná é credor dos lucros produzidos por Itaipu, proporcional à porcentagem que lhe corresponda no volume das riquezas empenhadas.

Cumpra esclarecer que a binacionalidade da Usina de Itaipu não cria nenhum entrave jurídico ao direito de o Paraná receber os "royalties" referentes à sua quota de riquezas empenhadas no empreendimento e ao dever de Itaipu pagar-lhe esses "royalties", porque essa natureza empresarial não se sobrepõe à soberania do Brasil como Estado. Onde, cada lado nacional da Itaipu tem, na ordem jurídica de cada um dos Estados que a empreendem, legitimidade singular para reclamar direitos.

Aliás, o fato de a Itaipu adquirir o domínio privado das terras que foram alagadas já a constitui em responsabilidade passiva com o Estado do Paraná, porquanto a titulariedade dominal das terras indenizadas é uma situação jurídica transitória, enquanto que o Estado do Paraná, como titular federativo público dessas terras, se constitui em situação jurídica permanente, que por esta natureza, não pode ser comprado e nem indenizado.

A Itaipu adquiriu, pois, o domínio particular sobre as terras ocupadas; não porém, o domínio federativo do Estado do Paraná sobre a geografia do Brasil que compõe suas fronteiras territoriais. Logo, a quota de riquezas do Estado do Paraná na Itaipu, é riqueza pública permanente do povo paranaense, que tem a sua compensação em "royalties".

As vias suasórias de há muito esgotaram. Compete, pois, ao Estado do Paraná tomar posição de efetivo interesse por este ilícito econômico do povo paranaense que está sendo postergado, mercê de divagações retóricas destituídas de declarado e respeitável empenho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado correspondência ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Digníssimo Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, protestando contra o terceiro Rally Pantaneiro, a realizar-se nos próximos dias sete, oito e nove de agosto, no Mato Grosso do Sul.

Requer, ainda, que da decisão sejam

notificadas todas as Entidades e Grupos envolvidos na defesa do Pantanal, cuja relação segue em anexo.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 30 de julho, dirigimo-nos ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente, através de telex e de Ofício, cujas cópias anexamos ao presente.

Manifestamos nosso posicionamento a todas as entidades envolvidas na defesa do Pantanal, e através da imprensa.

Entretanto, a voz da autoridade máxima no que se refere a meio ambiente, não se fez ouvir.

O Jornal Folha de Londrina, publicou hoje na sua página nove, matéria com o título "Passeata de ecologistas marca repúdio ao Rally Pantaneiro".

A matéria descreve com fidelidade o abuso ecológico representado pelo evento em epígrafe, e aliado aos outros documentos anexos, dispensam outros argumentos como justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após a aprovação do Douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa de Leis, na íntegra, o Manifesto da Companhia Agropecuária Guarany Limitada.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

JUSTIFICATIVA:

O manifesto da Companhia Agropecuária Guarany Limitada é um pungente relato da condição desoladora dos produtores de leite do sudoeste do Estado. Congrega oitocentos leiteiros, e tem capacidade e estrutura para produzir até 30 mil litros de leite ao dia, e produz atualmente, com grandes dificuldades, uma média de 14 a 16 mil litros.

A Companhia está pleiteando recursos do FINSOCIAL para melhoria do porte genético dos rebanhos, e o teor do Manifesto para o qual pedimos transcrição, é um documento dos mais tocantes e fundamentados, dando uma visão nada promissora do descaso do Governo Federal para com as coisas do nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção nos Anais da Casa, do dossiê publicado

na edição de ontem do Jornal o Estado do Paraná, exemplar em anexo, sobre o escândalo do Banco Del Paraná, dado a público pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, e que trata também de outras operações atípicas realizadas pelo Banco do Estado do Paraná, na gestão anterior, envolvendo empréstimo de 5 milhões de dólares ao Brasilinvest, em 1984, e outro à Hering-Instrumentos Musicais, numa operação triangular com a Trol S.A. e a Investplan.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 045/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Artigo 1º- O Artigo 3º da Resolução nº132/84 que altera a redação do artigo 73 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, criando a Tribuna Livre, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 3º- Fica criada a Tribuna Livre, que será realizada, quando solicitada, durante os 30 (trinta) minutos após a leitura e aprovação da ata, destinados ao Pequeno Expediente, prorrogáveis por mais 15 (quinze) minutos, desde que requerido por escrito ou verbalmente e aprovado pelo Plenário.

§ 1º- Ocupará a Tribuna Livre, qualquer entidade ou organização de classe, a nível do Estado do Paraná, inclusive Partidos Políticos legalmente constituídos, sem representação parlamentar;

§ 2º- As entidades a que se refere o parágrafo anterior, para usarem a Tribuna Livre, deverão encaminhar à Mesa Executiva da Assembléia, requerimento assinado pela diretoria com firma reconhecida, ata da posse da diretoria e a ata da reunião que deliberou sobre sua participação, bem como o assunto a ser discutido.

§ 3º- Com a apresentação das atas a que se refere o parágrafo anterior, a Mesa Executiva encaminhará o requerimento na sessão imediatamente posterior à data do protocolo do pedido para, em discussão única, deliberar sua inclusão ou não na pauta da sessão seguinte;

§ 4º- Em se tratando de Partido Político, para inscrição na Tribuna Livre, é obrigatória a autorização prévia do respectivo Diretório Regional;

§ 5º- As notas taquigráficas referentes à Tribuna Livre deverão ser encaminhada, de acordo com o Regimento Interno, à comissão competente para exame e posterior publicação no Diário da Assembléia.

Artigo 2º- Esta Resolução entra em vi-

gor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) PEDRO TONELLI.

JUSTIFICATIVA:

A Tribuna Livre tal como é concebida pela Resolução 132/84 se inviabiliza por si só, vez que já se tornou prática habitual na Assembleia Legislativa Paranaense, a não realização de sessões nas sextas-feiras. Além disso, por um requerimento aprovado em maio de 1987, até as sessões ordinárias das quintas-feiras estão mutiladas, sem o pequeno e o grande expedientes. E mais, regimentalmente, as sessões das sextas-feiras transferidas extraordinariamente para as quintas-feiras não permitem o uso da tribuna para discutir outros assuntos senão aqueles para os quais a sessão foi convocada especificamente.

Por outro lado a exigência da aprovação do uso da Tribuna pela Assembleia geral da entidade, convocada especificamente para este fim, é uma exigência difícil de ser observada, o que ajuda a inviabilizar o seu uso. Além do que, se constituiu numa exigência descabida quando se tratar de assuntos urgentes onde haja interesse do Poder Legislativo se posicionar ou se manifestar.

Considero a existência de uma Tribuna Livre democrática, um instrumento altamente benéfico para o exercício parlamentar, propiciando uma melhor interação entre o Poder Legislativo e a sociedade organizada, colaborando para que melhor possamos cumprir nossas prerrogativas constitucionais.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres colegas na aprovação desta proposta.

PROJETO DE LEI N° 144/87

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública, o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BENEFICENTE ESTRELA DA MANHÃ, com sede e foro na cidade de Jaguariaíva-Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) JOSÉ FELINTO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, encontra-se devidamente registrada sob n° 65, no Livro A/2, Fls. 28, do Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Jaguariaíva-Pr, em 27 de junho de 1985, e desde então vem prestando

serviços de assistência social à coletividade, conforme mostram os relatórios em anexo.

PROJETO DE LEI N. 145/87

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública o "Ministério de Recuperação Hermon", com sede e foro na cidade de Curitiba, Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) JOSÉ FELINTO

JUSTIFICATIVA:

O Ministério de Recuperação Hermon tem por objetivo primordial a recuperação e readaptação do indivíduo homossexual e dos menores delinquentes, proporcionando orientação espiritual que durante nove meses, reaprendem o convívio com a família e a sociedade. Entidade de caráter filantrópico, com atendimento oferecido àqueles que necessitam, sem distinção de raça ou credo.

PROJETO DE LEI N. 146/87

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Estabelece o Ensino obrigatório de táticas de prevenção contra a AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, em toda a Rede Estadual de Ensino do Paraná, através da disciplina Ciências, de quinta a oitava séries do primeiro grau, e da Biologia, no segundo grau.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Através dos tempos, a humanidade passa por períodos difíceis, em que os vários meios de estudos científicos são literalmente esbofeteados por doenças, que a princípio são consideradas incuráveis e que a partir de estudos e desenvolvimento de técnicas imunológicas, passam de assustadores gigantes a pequenos obstáculos facilmente transponíveis. Foi assim com a peste negra que atingiu a Europa em meados do século XV, com a tuberculose, com a poliomielite, com a doença de chagas, com a peste bubônica, com a encefalite, com a malária, com a hepatite, com a febre tifóide, com a varíola, com a catapora e outras tantas que, graças a Deus, após estudos incansáveis por homens que tornaram-se imortais e que descobriram soros, vacinas e antídotos que anularam seus efeitos ter-

ríveis e mortíferos.

Hoje, a hanseníase e o câncer continuam dizimando milhares de vítimas todos os dias, todavia a pior de todas é esta desgraça chamada AIDS. Esta doença, Senhor Presidente e Senhores Deputados e Deputadas, é caracterizada pela extinção gradativa das defesas orgânicas, possibilitando o aparecimento de infecções que se generalizam pelo organismo. É um mal que não se sabe quando, onde, nem de que forma apareceu e é causado pelo vírus chamado HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana, que tragicamente é fatal.

É necessário, portanto, que se desenvolva um trabalho de preparação com o corpo docente, evitando assim a proliferação de especuladores que, de forma aleatória e leiga, tentam ajudar e muitas vezes acabam dificultando e até mesmo atrapalhando a terapêutica preventiva.

Por esta exposição de motivos, julgamos premente e imprescindível a Educação Sanitária na adolescência e principalmente na juventude, para que esclarecidos e com vasto conhecimento das causas e efeitos, contribuam estes com a diminuição do grupo de risco e conseqüentemente morram menos pessoas através desta terrível peste maligna. É a justificativa.

PROJETO DE LEI N. 147/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "Sociedade do Albergue Noturno de Bandeirantes", com sede e foro no município de Bandeirantes, Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Dirceu Mafrinato, Nestor Baptista, Antônio Belinati, Nereu Carlos Massignan e Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, desde a sua fundação vem prestando assistência à população carente da cidade de Bandeirantes e das cidades circunvizinhas.

A Prefeitura Municipal de Bandeirantes sancionou a Lei n. 818/69, que declara o "Albergue Noturno de Bandeirantes" de utilidade pública municipal.

Isto posto, solicito dos nobres Pares desta Casa o apoio para o presente Plano de Lei e sua posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N. 148/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Moradores da Vila São Paulo", com sede e foro em Curitiba - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) PAULO FURIATTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores da Vila São Paulo é uma sociedade civil com a finalidade beneficente, cultural, recreativa, esportiva e de natureza social, integrando o ser humano através de sua participação na organização e melhoria da sociedade.

Assim sendo, é justo que mereça o reconhecimento público estadual, o que estamos propondo à consideração dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 149/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "Ação Social Nossa Senhora do Pilar", com sede e foro em Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, com sede e foro em Ponta Grossa, está devidamente registrada no cartório competente desde 12 de novembro de 1974, em plena atividade e sem fins lucrativos, conforme determina o seu estatuto, "tendo por finalidade: a) Assistência moral e material à infância e à pobreza. b) Assistência médica e de remédios à pobreza, extinção de favelas pela construção de moradias mais humanas. c) Assistência moral e religiosa à coletividade".

Tendo em vista os grandes benefícios que essa entidade tem prestado à comunidade menos favorecida da cidade de Ponta Grossa, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação de nossos Pares, solicitando afinal a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 150/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominada Senador Flávio Carvalho Guimarães a rodovia PR 151, que liga Ponta Grossa - Castro - Pirai do Sul - Jaguariaíva - Sengés.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, a

partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS
e DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei queremos destinar justa homenagem ao Senador Flávio Carvalho Guimarães, que durante sua vida pública prestou relevantes serviços ao povo do Paraná, em especial àquela comunidade, conforme atesta seu curriculum em anexo.

CURRICULUM VITAE

EXMO. SR. DR. FLÁVIO CARVALHO GUIMARÃES
1º até hoje, o único "Senador Pontagrossense".

DADOS PESSOAIS:

FLÁVIO CARVALHO GUIMARÃES, nasceu em Ponta Grossa, no dia 21 de abril de 1891 e faleceu no dia 10 de dezembro de 1968.

Filho do fazendeiro Theodoro Carneiro Guimarães e de dona Balbina Carvalho Guimarães.

Casado com dona Anna (Annita) Miró Guimarães, filha do Sr. Cel. José Miró de Freitas.

Da união do Dr. Flávio e de dona Annita, houveram os filhos:

Dona Eunice Guimarães Cordeiro, viúva do General Médico, Dr. Durval Pinto Cordeiro;

Engenheiro Civil, Dr. José Theodoro Miró Guimarães, casado com Dona Flora Erichsen Guimarães;

Advogado, Dr. Plauto Miró Guimarães, já falecido, deixando viúva dona Leony Slaviero Guimarães.

PRIMEIRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS:

COMÉRCIO

Aos 10 anos de idade iniciou trabalhando com seu tio José Pedro da Silva Carvalho (Juca Pedro), estabelecido com tradicional Casa de Comércio da Cidade.

JORNALISMO

Aos 13 anos de idade iniciou-se no jornalismo.

A oportunidade surgiu quando foi admitido como auxiliar no Diário dos Campos, tendo aprendido redação e inicia uma função que mais tarde desenvolveria: redigir artigos e reportagens.

O jovem Flávio foi convidado pelo Senhor Manoel Ribas, pois era pessoa de sua inteira confiança, independente dos lastros familiares que os uniam (eram primeiros familiares que os uniam) para colaborar na administração da sua cooperativa em "Santa Maria"- RS, onde o Sr. Manoel Ribas era o seu presidente.

FORMAÇÃO INTELECTUAL:

Frequentou o curso primário dirigido por José Martins Collares, o mais respeitado professor da cidade, foi aluno também do professor Cleto e Silva.

Mesmo sem fazer complementação intermediária, aproveitando a lei de 1910 que facultava o ingresso em cursos superiores, foi a São Paulo estudar Direito na afamada Faculdade de Direito de São Paulo.

Quando prestava o último exame no 5º ano da Faculdade de Direito de São Paulo, pois foi sempre o 1º da sua turma, os colegas que assistiam o exame de Flávio, aplaudiram em pé.

Com isso a banca examinadora deu a nota 9, pois consideraram um desrespeito à banca e por esse motivo não deram a nota 10.

Se não houvesse esse incidente o Dr. Flávio o teria sido Professor da Faculdade de Direito de São Paulo, onde concluiu o seu curso a 09 de dezembro de 1916.

ATIVIDADES PROFISSIONAIS COMO BACHAREL:

Foi o primeiro advogado em Ponta Grossa.

Advogado, com escritório na rua 15 de Novembro, em Ponta Grossa, conhecido por suas atividades beneméritas como o advogado dos pobres.

Advogado ilustre militante no fórum de Ponta Grossa.

Foi diretor da firma, Sonira S.A., Madeireira.

Inspetor escolar em 1917, tendo introduzido o canto no currículo obrigatório do Município.

Chefe do escritório de advocacia da estrada de ferro São Paulo- Rio Grande.

Advogado do Banco Pelotense.

Advogado da Cooperativa "26 de outubro Ltda.

ATIVIDADES POLÍTICAS E ADMINISTRATIVAS:

Aderiu ao movimento revolucionário de 1930 momento em que inicia sua vida política, desativando a carreira jurídica. Em 1932 foi nomeado Presidente do Tribunal Revolucionário do Paraná, defendeu a justiça contra o revanchismo.

Foi membro da comissão executiva, paz e revolução (julgamento das irregularidades cometidas antes da revolução em Curitiba)

Foi secretário da fazenda no governo do Senhor Manoel Ribas.

Foi secretário do Senado.

Foi membro da Comissão de Cultura e Educação no Senado.

Foi autor de vários projetos no Senado, entre eles:

Lei da ortografia simplificada;
Lei da substituição da moeda Real para o Cruzeiro.

Foi nomeado governador do Paraná, em telegrama enviado pelo Sr. Agamenon Magalhães, Ministro da Justiça, no Governo do Senhor Getúlio Vargas, não assumiu porque houve um golpe de estado.

Foi convidado pelo presidente Getúlio Vargas para assumir a embaixada brasileira em Portugal.

Foi secretário da Fazenda do Paraná, colocou com o interventor Senhor Manoel Ribas para minorar os efeitos da crise econômica que restringia a economia brasileira.

Foi membro do Conselho Administrativo do Estado do Paraná, no período anterior a 1934.

Senador da República, eleito em 1935, em primeiro mandato interrompido em 1937, quando em novembro foi instaurado o estado novo, dissolvendo os órgãos do Poder Legislativo Brasileiro.

Foi presidente da Caixa Econômica Federal.

Presidente da Associação Comercial do Paraná em 1938.

Senador eleito em 1946, para um 2º mandato.

Colaborou ativamente em comissões para a elaboração da então nova constituição.

Esteve nas comissões de educação e da família, entre outras, árduo defensor das tradições cristãs e da cultura, como baluarte da Pátria.

ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS:

Descendente dos primeiros que povoaram Ponta Grossa, a atividade de fazendeiro foi também desenvolvida pelo Dr. Flávio, ao abandonar a carreira pública.

Organizou a Estância Miró S.A.

Modernizou a Fazenda Boa Vista, incrementando a pecuária com a adoção do cultivo de pastos.

Foi um dos pioneiros no cultivo de cereais na região.

ATIVIDADES CULTURAIS:

Orador de renome, proferiu discursos de cunho político e cultural em várias ocasiões, tendo inclusive saudado o presidente Washington Luiz, quando de sua estada em Ponta Grossa, em 1926.

Membro da Academia Paranaense de Letras.

Membro do extinto Centro Cultural Euclides da Cunha.

Membro da Sociedade Filatélica Pontagrossense.

Membro da Sociedade Pontagrossense de Amadores de Astronomia.

Autor de inúmeros artigos e ensaios publicados em folhetos ou em jornais.

Autor de estudos históricos, sobre personalidades paranaense ou fatos regionais.

ATIVIDADES BENEMÉRITAS:

À família do Dr. Flávio Carvalho Guimarães Ponta Grossa deve inúmeras doações, aqui englobadas:

1- Terreno doado ao Bispo D.Geraldo, com área de 3 1/2 alqueires, onde foi construído o Centro de Treinamento de Líderes.

2- Terreno para a construção do Estádio Miró de Freitas do América Pontagrossense Futebol Clube.

3- Terreno para construção do Centro de Astronomia de Ponta Grossa, hoje pertencente a U.E.P.G.

4- Terreno para construção do Estádio Flávio Carvalho Guimarães, do Palmeira Esporte Clube.

5- Terreno para a Prefeitura construir uma escola no Jardim Boa Vista.

6- Doação do trecho ocupado pelo viaduto da Estrada de Ferro Central do Paraná, no início da Av. Senador Flávio Carvalho Guimarães.

7- Doação do terreno para construção do núcleo habitacional, onde hoje é bairro Senador.

8- Doação ao Estado, onde hoje inicia o asfalto do viaduto da estrada de ferro de Ponta Grossa via Castro a São Paulo, a PR- 151, na qual leva o nome no perímetro urbano da Avenida Senador Dr. Flávio Carvalho Guimarães.

Além de outras doações de terrenos às associações beneficentes ou religiosas, com a finalidade de angariar fundos para as mesmas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está em discussão a Ata que acaba de ser lida.

Não havendo quem queira discutí-la declarou-a aprovada.

O Senhor 1.º Secretário passará à leitura do Expediente e não havendo Expediente a ser lido, passamos ao Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos submetendo à apreciação desta Casa de Leis, nesta tarde de hoje, o requerimento que, se aprovado, será endereçado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Senhor Bresser Pereira.

Este requerimento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, formula apelo para que os preços não sejam descongelados conforme reiteradas matérias que têm sido veiculadas na imprensa nacional. A classe trabalhadora brasileira continua percebendo salários muito distanciados de suas reais necessidades e na semana passada, o Senhor Presidente da República, José Sarney, numa atitude certamente visando enfraquecer uma greve nacional, programada para o próximo dia 20, concedeu um abono aos trabalhadores que percebem até cinco salários-mínimos, no valor de Cz\$ 250,00. A reação da maioria dos trabalhadores brasileiros a este gesto aparentemente tão caridoso do Senhor Presidente da República, foi dizer os trabalhadores não querem esmola do Governo! Infelizmente, os trabalhadores foram contemplados com uma verdadeira esmola pelo Senhor José Sarney, quando o DIESE, maior órgão sindical do Brasil, calcula que o salário-mínimo, hoje, teria que ser superior a Cz\$ 14.000,00, ao passo que o trabalhador percebe menos de Cz\$ 2.000,00. O Governo vem com abono de Cz\$ 250,00 e já vem falando que vai descongelar os preços. O nosso temor, Senhor Presidente, é o mesmo do ex-Ministro João Saiad, que chegou até a fazer um cálculo pessimista, pois, se houver mesmo o descongelamento, a inflação desgraçadamente, poderá vir a ser de 10 a 20% ao mês, jogando mais uma vez os milhões de trabalhadores brasileiros num verdadeiro caos econômico aprofundando e agravando ainda mais esta já séria crise social que o nosso País está atravessando. Fala-se numa série de aumentos, até mesmo da própria energia elétrica, conforme a imprensa noticia hoje, a qual de março a julho subiu 270%. E a televisão mostrava, outro dia, um trabalhador que percebe Cz\$ 1.800,00 por mês e recebera uma conta de luz superior a Cz\$ 2.000,00.

Por isso, Senhor Presidente, para evitar o agravamento da crise social, em nosso País, é que estamos submetendo à apreciação dos Senhores Deputados de todas as Bancadas, este requerimento, fazendo um apelo dramático ao Ministro Bresser Pereira, para que analise melhor, pense, aprofunde estudos. Desse modo, tenho certeza que, se não for na base do improviso, o Ministro chegará à conclusão que estará praticando um verdadeiro suicídio econômico caso descongele os preços em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, representante de Partido Branco.

O SR. LAURO LOBO ALCÂNTARA - (Lê):

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Hoje, uso desta Tribuna para protestar contra a falta de critérios na destinação dos recursos do FINSOCIAL, face a recentes acontecimentos que denunciam essa falta de critérios por parte do BNDES, para deferir ou indeferir cartas-consulta.

Ocorre que a Cooperativa Agropecuária Guarany, no Sudoeste do Estado, enviou carta-consulta à Presidência do BNDES solicitando recursos para a aquisição de seiscentas matrizes holandesas para atender oitocentos produtores de leite, visando aprimorar os rebanhos e elevar a produção diária de leite de quatorze mil para trinta mil litros. O BNDES disse "não" a esse pedido formulado em meados de julho próximo passado.

Entretanto, Senhoras e Senhores Deputados, o Jornal "ZERO HORA", de Porto Alegre, no dia 05 de agosto, mais precisamente na quarta-feira passada, noticiou, à página 22, que "a bacia leiteira gaúcha vai receber do BNDES Cz\$ 500 milhões para financiar a aquisição de nove mil matrizes".

Ora, Senhoras e Senhores Deputados, vejamos a questão matematicamente: O financiamento solicitado pelo Paraná corresponde a Cz\$ 12 milhões. O Rio Grande do Sul ganha Cz\$ 500 milhões. O Paraná pede por seiscentas matrizes, o Rio Grande do Sul ganha nove mil matrizes. O Paraná tem oitocentos produtores associados à Cooperativa Agropecuária Guarany, devidamente inscritos para pleitear o benefício. O Rio Grande do Sul está a espera da inscrição dos mil e oitocentos produtores, espalhados em seis microrregiões. Resumindo, o Paraná pede menos de uma matriz por produtor, e não ganha. O Rio Grande ganha exatamente cinco matrizes por produtor e o Governo sai à cata de candidatos ao dinheiro. Em virtude das discrepâncias, pergunto aos nobres Parlamentares, o que fazer, quando o Governo incentiva a agroindústria a inscrever-se no seu Plano de Metas para o triênio 1986/89, do Fundo Nacional de Desenvolvimento, que visa elevar o nível de nutrição da população brasileira e nossos produtores, acreditando na Portaria de nº 1, de 1º de abril de 1987, anexo nove do FND - BNDES; inscrevem-se e pleiteiam o benefício, recebendo um lacônico "NÃO" como resposta?

Que critérios estão norteados a Presidência do BNDES para não ter contemplação com nossos produtores de leite e ser tão magnânima e generosa com os leiteiros gaúchos?

Poderemos cruzar os braços, quando a Cooperativa Agropecuária Guarany tem estrutura para produzir trinta mil litros de

leite por dia e produz, a duras penas quatorze a dezesseis mil litros, sabendo-se que tudo o que necessita é o aprimoramento genético dos rebanhos, e que isto não interessa ao BNDES?

Até quando assistiremos passivamente a degeneração da nossa espécie em função da alimentação pobre em nutrientes essenciais e aceitaremos a importação de leite em pó contaminado por radiações atômicas, se, de momento, tudo o que necessitamos são seiscentas matrizes para iniciar uma mudança nesse estado de coisas?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra, ao Senhor Deputado Raul Lopes, seguinte orador inscrito.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho a esta Tribuna para fazer uma saudação à Polícia Militar que, como é do conhecimento de todos os prezados companheiros, comemora hoje 133 anos de existência!

Fizemos uma ligeira saudação, e vou me permitir ler alguns tópicos, após o que solicito do Senhor Presidente, considere lido o meu pronunciamento. (Lê):

CENTÉSIMO TRIGÉSIMO TERCEIRO ANIVERSÁRIO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

A atualidade outra vez comprova que a história da Polícia Militar do Paraná confunde-se com a própria história do nosso Estado.

Com o advento da criação da Província do Paraná, foi criada a "Companhia da Força Policial" por força da Lei n. 7, de 10 de agosto de 1854.

Esta nóvel organização policial militar, iniciou sua vida composta por um oficial e sessenta e sete praças.

Semente poderosa, cresceu e frutificou, transformando-se no decorrer destes cento e trinta e três anos que ora comemoramos, na atual Polícia Militar do Paraná.

Verdadeira saga de heroísmo, abnegação, dedicação, lealdade e amor à causa política marcou sua vida, desde os seus primeiros dias de existência até os dias atuais, não raro, regando o solo paranaense e brasileiro com o sangue generoso de seus integrantes, eis que, em:

1865 - integrando o corpo de voluntários da Pátria, atua na guerra do Paraguai;

1892 - durante a revolução federalista, fiel às autoridades constituídas, apóia o Governo Marechal Floriano. Foi nesta ocasião, no cerco da Lapa que, entre uma plêiade de bravos policiais militares tombou o Coronel Cândido Dulcídio Pereira,

Comandante da corporação.

1912 - volta à luta, e nos campos do Irani, perece seu Comandante, Cel. João Gualberto Gomes de Sá Filho;

1924 - 1930 e 1932 - Sucodem-se novas campanhas vitoriosas da Polícia Militar.

Com a Constituição Federal de 1946 iniciou-se a fase contemporânea da PMPR.

Em seguida, o Decreto Lei Federal n. 667/69, define mais claramente o seu papel como instituição policial militar voltada com exclusividade para o policiamento ostensivo, para a manutenção da ordem e a segurança interna do Estado, além de atuar na defesa civil e na defesa territorial.

NESTES 133 ANOS DE EXISTÊNCIA, A PMPR CONSTITUIU-SE NO ESTEIO BASILAR DA SEGURANÇA PÚBLICA E TRINCHEIRA PRIMEIRA NA SEGURANÇA INTERNA.

NOS DIAS ATUAIS, QUANDO AS CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS SÃO ABALADAS PELOS EMBA-TES DE PROBLEMAS DE TODA ORDEM, E A SOCIEDADE SE VÊ AMEAÇADA EM SUA ESTRUTURA A PMPR, MAIS DO QUE NUNCA, É ACIONADA E SOLICITADA, E MAIS DO QUE NUNCA, SUA PRESENÇA CONSTANTE E PERMANENTE SE FAZ NECESSÁRIA JUNTO A ESTA MESMA SOCIEDADE QUE CLAMA POR SEGURANÇA E TRANQUILIDADE.

A Polícia Militar comporta-se dentro dos mais lúdimos padrões policiais militares para dar cumprimento à sua nobre e dignificante missão, qual seja:

Assegurar o cumprimento da Lei, a manutenção da Ordem Pública e o exercício dos poderes constituídos e, em especial, se necessário, exercitar a salvaguarda das atribuições previstas no contexto da defesa interna e no da defesa de um território, quando convocada e mobilizada para o emprego em suas missões específicas nos termos da legislação vigente.

A INSTITUIÇÃO QUE HOJE COMEMORA 133 ANOS DE EXISTÊNCIA, ESTÁ CONSCIENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. SABE, COM ORGULHO, O QUÃO É IMPORTANTE COMO ELEMENTO CATALIZADOR; COMO MECANISMO QUE PERMITE AO GOVERNO SEGUIR TRANQUÍLO NA BUSCA DO BEM COMUM.

REALIZA COM EXTREMA DEDICAÇÃO E DESPRENDIMENTO O SEU NOBRE E DIGNIFICANTE PAPEL CONSTITUCIONAL NA MANUTENÇÃO DA TRANQUILIDADE SOCIAL, NA GARANTIA DO PATRIMÔNIO, NA PRESERVAÇÃO DA VIDA, E NA DEFESA DA HONRA DE CADA UM DOS PARANAENSES, DE CADA UM DOS BRASILEIROS.

A nossa instituição, assim como a energia radiante, ocupa todo o Estado do Paraná, materializando-se em cada policial militar, revelando-se na sua figura imponente de miliciano, agindo por suas ações.

Essa energia materializada em cada PM, tem um só grande e definitivo objetivo, que é o de permitir que o cidadão araucariano possa viver e trabalhar em paz, certo de que atrás de si, existe uma organi-

zação idônea, centenária, a lhe oferecer a segurança que tanto almeja, a lhe propiciar a sombra protetora e lhe permitir viver dignamente.

AGORA RENDEMOS NOSSO PREITO EXTREMO A POLÍCIA MILITAR QUERIDA, ROGANDO AO GRANDE CRIADOR, SUPREMO ARQUITETO DO UNIVERSO, QUE A MANTENHA ETERNAMENTE SOB A ÉGIDE DE SEU MANTO SAGRADO E A ABENÇÕE SEMPRE, PARA QUE ENTRE SEUS MEMBROS REINE A HARMONIA PLENA DE IDÉIAS, SENTIMENTOS E AÇÕES, QUE FARÁ CONVERGIR PARA O SUCESSO TODOS OS ESFORÇOS EM PROL DA SOCIEDADE PARANAENSE.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. NÓS TODOS, PERFILADOS TE SAUDAMOS.

SALVE! SALVE! MILÍCIA QUERIDA.

À Polícia Militar do Paraná, como membro integrante aqui Parlamentar desta querida Casa, eu te saúdo e me permito saudar, em nome desses companheiros, desejando a ela perenes felicidades e sucesso no cumprimento, e que a sua destinação legal seja cada vez mais coroada de êxito.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência acata a solicitação de Vossa Excelência e solicita à Coordenadoria da Taquigrafia que faça constar nos Anais desta Casa, na íntegra, o seu pronunciamento.

(Leitura anexa, anteriormente)

Encerrado o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Consulto o nobre Deputado Algaci Túlio se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio, por trinta minutos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

Subo a essa Tribuna para mais uma vez ratificar aquilo que já falamos a respeito da situação do Estádio do Pinheirão. E tenho certeza que as atenções dos Senhores Parlamentares ficarão voltados para este assunto, porque a primeira vista pode parecer que nesta Casa não se tem muita coisa a fazer, que vai se falar de esporte, vai se falar de futebol. Mas esta Casa tem sim, Senhores muito a dizer com relação a este assunto, porque envolve, Senhores Deputados, dinheiro dos cofres públicos, e nós temos obrigação de zelar por aquilo que pertence ao povo que nos trouxe a esta Casa, e o Estádio do Pinheirão é este assunto importante.

Tenho em minhas mãos um exemplar da "Folha de Curitiba" edição do último sábado dia 08, onde o Presidente da Federação Paranaense de Futebol, cidadão Onaireves Rolin de Moura, lança um verdadeiro repto contra esta Casa de Leis através da publi-

cação de uma nota oficial da entidade que ele dirige. A referida nota oficial em si não revela nenhuma defesa que possa obstar a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a corrupção do futebol, cujo objetivo é deflagrar e mostrar publicamente o mar de lama que envolve nosso futebol na atualidade. Ela apenas limita-se a defender "a menina dos olhos" do Presidente do Pinheirão. Agredindo Parlamentares, a nota oficial do Presidente da Federação Paranaense de Futebol agride esta Casa e por conseguinte agride a todos nós Parlamentares que a compomos.

Evidente que não cita nomes, como se o Pinheirão elegeisse em toda sua história algum Deputado ou algum Vereador. Agride assim desrespeitosamente e até de certa forma marota este Poder, com o fito de fugir da realidade, para confundir os fatos ao encapuzar-se com ares de anjo para fugir da realidade e ficar em paz perante a população. Felizmente o povo é a maior testemunha, e o fracasso de levar adiante a construção do Pinheirão é a prova concreta de que ele, o povo, enxerga muito mais do que o Senhor Moura pensa. O dirigente afirma que a capacidade do estádio é para mais de sessenta mil pessoas, numa das tantas graças mentiras que propaga, quando na verdade o maior público presente até hoje não ultrapassou a casa dos trinta mil espectadores, isso num jogo envolvendo a Seleção Brasileira de Futebol. Assim, nem mesmo com a torcida empoleirada seria possível dobrar a capacidade dos lugares existentes. As rendas estão aí a testemunhar o fracasso do esporte, principalmente o fracasso no Estado do Paraná.

Mas não queremos utilizar os trinta minutos, porque entendemos que este assunto nós já o comentamos bastante aqui, já é do conhecimento dos Senhores Parlamentares, e a prova é que nós completamos na tarde de hoje a tomada de dezoito assinaturas para oficializar a Comissão Parlamentar de Inquérito, pedido ao qual eu já dei entrada na Mesa da Presidência.

Vamos então apenas traçar alguns dados com relação ao Pinheirão. O nosso objetivo é explicitado no requerimento, ou seja, provar que todas as nuances, as irregularidades do Pinheirão, são certamente o estopim dessa situação toda que resultou até em corrupções no futebol. O Presidente esqueceu de administrar a entidade para fixar-se numa obra dúbia, envolvendo não só a comunidade, como também o erário público. E se a obra é duvidosa, é dever dos legisladores fiscalizar e não permitir negociatas e nem aplicação do dinheiro, em detrimento de causas mais importantes em uma administração governamental.

E desta forma, para que tudo fique esclarecido, nada melhor que uma CPI para

resolver a situação. Trata-se de uma contribuição e não de oportunismo dos Deputados que levantaram a lebre em prol da verdade. Mas, Senhores, esta Casa também tem culpa em cartório, e eu vou explicar porque este é o momento desta Casa rever a sua situação em relação ao Pinheirão.

Aqui realizou-se, no ano de 1986, uma Comissão de Sindicância para apurar certas anormalidades, com relação a efetiva conclusão do Pinheirão. Só que não chegou-se a nenhuma efetiva conclusão. Em outubro de 1984 realiza-se um Fórum de Debates, quando então ficou esclarecido que a Federação Paranaense de Futebol não reunia condições para construir o estádio, e que o mesmo era viável através do poder público. Certamente o Presidente Rolin de Moura soube disso, e mesmo assim, renitentemente, ao assumir a Federação Paranaense de Futebol, tratou de fazer descaso ao decidido no Simpósio promovido por esta Casa e levou de roldão o reinício do estádio, mais como trampolim pessoal do que para importar-se com a dubiedade e o perigo que mais tarde poderia enfrentar.

Ora, sabemos que é difícil uma intervenção na Federação Paranaense de Futebol, porque isso legalmente compete à Confederação Brasileira de Futebol. Mas, o caso do Pinheirão é diferente, passível de ser encampada, já que as áreas do estádio, na verdade pertencem à municipalidade e não à Federação, conforme estatui uma Lei sancionada para a revisão do evento e Lei que mostrei aqui neste Plenário, na semana passada.

Isso é que queremos demonstrar na Comissão Parlamentar de Inquérito, uma maneira de contribuir com o governo e o povo do Paraná com o fim exclusivo de edificar uma obra desimpedida de dúvidas e sem riscos para a participação comunitária. Muitas cadeiras cativas foram adquiridas sem o respaldo de uma efetiva jurisprudência. Em resumo: hoje o Pinheirão é uma mentira sacramentada em maus alicerces. Não têm reais finalidades, de nada adiantando as afirmações do Presidente da Federação de que o estádio será a redenção do nosso futebol.

De que adianta fazer tal assertiva quando tantas imoralidades fizeram o torcedor afastar-se das praças esportivas?

Senhores Deputados, o próprio Presidente da Federação Paranaense de Futebol está abrindo uma grande oportunidade para esta Casa se redimir dos descuidos que teve para com o Pinheirão, em épocas passadas.

Ao fazer um desafio, numa nota oficial, agora abrem-se as portas para mais uma tentativa. Talvez, a derradeira para podermos realmente ajudar a salvar o Pinheirão e, por conseguinte, o Esporte do

Paraná. Vamos começar tudo de novo se preciso for, desde as origens das áreas da obra, sua inexplicada doação, discutir suas desencontradas leis, até mesmo de surgirem herdeiros interessados como proprietários da área no Tarumã.

Já que o Senhor Moura desafiou, o desafio quer me parecer por esta Casa está aceito. Só que com uma diferença: a Comissão Parlamentar de Inquérito da Corrupção no Esporte do Paraná não ficará apenas no problema do Pinheirão, outras coisas precisam ser esclarecidas, como por exemplo, as manobras esquivas da Federação Paranaense de Futebol no fabrico de resultados extra-campo, uma podridão cujo episódio teve ressonâncias nada recomendáveis no final do Campeonato Paranaense.

Com isso, esperamos e queira Deus que assim possamos nós atingir o real objetivo, sem agressões, sem desavenças pessoais sem revanchismo e sem demagogias, sem desafios em desrespeito a uma Casa de Lei, apenas para acobertar a inverdade.

Hoje a instalação desta CPI sobre a Corrupção no Esporte é algo notório, mais do que uma necessidade: é a forma elementar e conclusiva para reparo de injustiças cometidas em especial, a melhor maneira para se possibilitar a moralização do Esporte no Paraná, para se possibilitar a recuperação desse Esporte, em especial do Futebol, que é ainda o grande centro das atenções do povo brasileiro. A maior prova foi ontem no Estádio do Maracanã, superlotado para ver uma decisão entre Flamengo e Vasco da Gama.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado? (Assentimento).

Nobre Deputado Algaci Túlio, Vossa Excelência traz a esta Casa realmente algo de interesse no esporte profissional e de todos os esportes do Paraná.

Quando Vossa Excelência propôs a esta Casa uma CPI para investigar o que há de errado no Futebol do Paraná, Vossa Excelência não espera e não tem - creio eu - consciência do volume de trabalho que vai trazer isso a esta Casa e incômodos àqueles que hoje corrompem o Futebol do Paraná.

Vossa Excelência disse muito bem quando se referiu aos resultados das partidas de futebol, os confrontos das equipes serem fabricados extra-campo. E nós, que já iniciamos o nosso trabalho dentro do futebol amador, há muito tempo gostamos do futebol, acompanhamos o futebol do Paraná, do Brasil e da nossa Região, porque temos na Divisão Especial uma equipe de nossa Cidade, o "União Bandeirantes", que foi vítima dessa manipulação feita pelos diri-

gentes do futebol do Paraná.

Então, eu gostaria de aproveitar a oportunidade de parabenizá-lo, ao trazer a esta Casa onde realmente somos os fiscais por delegação do povo, são os homens eleitos pelo povo, as pessoas eleitas pelo povo para resolverem, verem resolvidos, ou pelo menos tentarem resolver todos os problemas paranaenses. O esporte é coisa séria, o esporte é uma das poucas coisas que resta ao brasileiro no seu lazer, porque nós estamos aí mergulhados numa crise violenta, numa recessão como nunca se viu até hoje na história do Brasil. Então, só sobra ao brasileiro um pouquinho de lazer que está no esporte.

Gostaria de me incluir nesse trabalho. Mesmo não fazendo parte desta Comissão, assinei favorável junto com Vossa Excelência e demais companheiros, e me coloco ao dispor de toda a equipe que vai trabalhar na Comissão, para apresentar alguma coisa daquilo que conhecemos dentro do futebol do Paraná para que se evite, no futuro, aberrações como vimos no último campeonato de 1987.

Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado Deputado Valderi Mendes Vilela.

Sei do seu interesse também de ver esclarecidos os problemas do Pinheirão, como de todo o esporte do Paraná, porque Vossa Excelência também integra uma cidade que teve um grande representante no futebol do Paraná, que é a Cidade de Bandeirantes.

Mas, Senhores Deputados, o fato é que existe uma dívida muito grande da Federação Paranaense de Futebol. O BANESTADO sempre quis receber o seu haver, porém tinha um pequeno problema jurídico a afugentá-lo, a consumir a execução da hipoteca. Dizia-se estar tudo hipotecado em favor do BANESTADO, mas ninguém diz onde está escrito isso. Então tudo foi feito, parece-me, sem um aprofundamento jurídico maior nessa matéria toda. Mas foi o ex-Governador João Elísio Ferraz de Campos que, mesmo antes das eleições de 1986, liberou uma verba de dois milhões e quinhentos mil cruzados em nome da Federação Paranaense de Futebol. E é exatamente em cima desta verba e é exatamente em cima da área onde está hoje localizado o Pinheirão, que é uma área do município, é que esta Casa deve se aprofundar. Documentos para isso nós temos e hoje estou fazendo chegar aos membros da Comissão de Cultura e Esporte desta Casa um dossiê a respeito desta CPI, justificando a sua necessidade, para que nós possamos resgatar, em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a honra do esporte do Paraná e porque também não dizer a honra da própria Federação. Porque, afinal de contas, representa os

anseios de um povo sofrido que aos finais de semana vai ao campo de futebol para evidentemente desafogar um pouco.

Mas, quero também nesse momento aqui, deixando já de lado o problema do Pinheirão, de cuja CPI eu tenho certeza os Senhores Parlamentares já estão convencidos, cumprimentar o nosso corpo de Taquígrafos aqui da Assembleia Legislativa.

Os Taquígrafos do Paraná agora têm uma associação para defender os direitos da categoria. Isso é muito importante, Senhores Deputados. A Associação Paranaense de Taquígrafos - ASPETAQ - foi fundada na sexta-feira última na sala dos Vereadores da Câmara Municipal em Curitiba e já definiu a sua meta principal: a regulamentação da Associação Nacional dos Taquígrafos. Március de Oliveira Fernandes está percorrendo os Estados brasileiros para auxiliar na organização da categoria. Ele contou que existem no país cerca de cinco mil profissionais da área. E a Associação Paranaense de Taquígrafos, cuja Presidente eleita, é a nossa companheira desta Casa, Paula Greiffo Coutinho, pretende se integrar na luta nacional pela regulamentação da profissão, além de reivindicar melhorias salariais, melhores condições de trabalho e esta Casa tem que rever também uma melhor condição de trabalho para as nossas taquígrafas, isso sem qualquer demagogia, porque além do expediente normal desta Casa, as taquígrafas também são requisitadas para as Comissões Internas da Casa, que vez por outra passam até do horário de 18,20 horas. Então é preciso que se reveja também esta situação. Melhores condições de trabalho e uma carga horária adequada aos serviços prestados às entidades as quais estão evidentemente localizados.

Queremos, neste momento, cumprimentar Paula Coutinho, que é a Presidente: a Vice-Presidente Marilena: Primeiro Secretário Pedro B. dos Santos, aqui da Assembleia também: 2. Secretária a Leatrice, que é do Tribunal de Contas: 1. Tesoureira, a Sônia Goretti de Oliveira, aqui da Assembleia: 2º Tesoureiro, o Edson, da Câmara Municipal de Curitiba: Relações Públicas a Jaqueline, da Câmara Municipal e os membros do conselho, a Madalena, a Elisa Rebello Borges, a Carmen Lúcia. São os integrantes da Primeira Diretoria da Associação Paranaense dos Taquígrafos. Parabéns à entidade e a minha manifestação de que esta Casa não faltará com o apoio na hora em que for solicitada.

Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças. Consulto a Liderança do PDT se fará uso da palavra.

O SR. ANTONIO BELINATI - Falará o Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, por oito minutos e trinta segundos.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais integrantes desta Casa.

Há poucos dias, o Paraná viveu momentos de alegria e nós, ouvindo o pronunciamento do Deputado Algaci Túlio, quando já tínhamos selecionado para hoje esta matéria, vemos quanto é importante o trabalho no esporte, o trabalho na cultura do Paraná em benefício do nosso povo e de nossa gente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há poucos dias o Paraná se sagrou vice-Campeão de Ginástica Olímpica. Este campeonato brasileiro foi realizado na cidade de Campo Grande, Mato Grosso e teve a participação de treze Estados brasileiros. Na oportunidade, a Seleção Paranaense, formada em sua essência com o pessoal do Norte e do Sudoeste do Paraná, se sagrou vice-Campeã. É mais do que justo fazer neste dia o relato e o registro de tão grande conquista para o esporte amador do Paraná. Estava chegando em Bandeirantes, há poucos dias, quando as atletas foram recebidas com muito carinho pela população de Bandeirantes, porque a cidade enviou, em nome do Paraná, cinco dos nove atletas da Seleção Paranaense. Além de sua técnica, a professora Elizete.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, membros desta Casa, é um trabalho de longa data. É um trabalho que se iniciou há muitos anos na cidade de Bandeirantes. É um trabalho que se iniciou com crianças de três a quatro anos de idade. E hoje, aos doze, treze anos de idade, levam o nome do Paraná ao cenário brasileiro na Ginástica Olímpica.

Isso prima pelo trabalho do tão eficiente Prefeito Municipal, o Professor João do Carmo Santiago, homem voltado ao esporte, homem voltado aos interesses da coletividade, da cultura do nosso povo, da nossa gente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos de deixar registrado nesta Casa a composição dos atletas de nossa cidade e também pedir o apoio dos Deputados, para que aproveemos um requerimento enviando nossos votos de congratulações a todos os integrantes dessa Seleção e especialmente, à nossa técnica, professora Elizete, porque é realmente um trabalho de oito horas diárias, que leva o esporte amador do Paraná aos maiores rincões desse País.

Deixaria o nosso pedido, a nossa solicitação para que aproveemos esse nosso requerimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulto a Liderança do Partido Liberal.
(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT.

Com a palavra o Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. companheiros Parlamentares que compõem essa Casa de Leis, a minha saudação e a satisfação neste primeiro dia da semana em que nós nos reunimos para nos preocuparmos com aquilo que são as preocupações do público do Paraná e do Brasil.

Gostaria, inicialmente, de solicitar que fosse transcrito nos Anais desta Casa, duas matérias de grande interesse para toda a população paranaense e brasileira.

A primeira, é da "Folha de São Paulo", intitulada: "Pelo fim de Lei de Segurança Nacional", onde sentimos a manifestação, através de uma proposta concreta do Deputado Paulo Ramos, do Rio de Janeiro, que pede o fim da Lei de Segurança Nacional, tão condenada, tão denegridora da democracia, que querem o crescimento da organização popular e querem que a sociedade tenha força no poder.

Portanto, solicito que seja transcrito este conteúdo nos Anais da Casa, e torno minhas palavras publicadas pela "Folha de São Paulo"

(Lê).

"Pelo fim da LSN"

Vem com alguns anos de atraso a proposta de revogar a Lei de Segurança Nacional, agora formulada em projeto de lei do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ). Apesar de tudo o que se proclamou em favor da "Nova República", de tudo o que se removeu da legislação autoritária, esta verdadeira aberração jurídica que é a LSN continuou intocada; mais ainda, o governo Sarney tem recentemente decidido por aplicá-la, em casos já previstos pela lei comum.

Sem dúvida, a lei atual é bastante mais branda, se comparada com a versão de 1969. Toda uma mentalidade autoritária, entretanto, subsiste: manifesta-se não só no rigor das penas e nas particularidades processuais, mas também e principalmente pela determinação de que civis sejam julgados pela Justiça Militar, como se as atitudes de um cidadão deveriam ser encaradas de um ponto de vista disciplinar e corporativo, orientado pela ideologia da Segurança Nacional.

Uma alternativa aberta e inovadora para coibir os crimes contra o Estado de Direito foi apresentada, em janeiro de 1986,

pelo então ministro da Justiça, Fernando Lyra, sob o nome de Lei de Defesa do Estado Democrático. Depois da posse do atual ministro, Paulo Brossard, decidiu-se "re-estudá-la", sem nenhum resultado aparente. É pelo menos estranho, pois, que o ministro Brossard se disponha agora a encomendar a elaboração, "o mais rápido possível", de um novo documento que substitua a LSN, quando não se sabe sequer o que foi feito da tentativa anterior.

Durante todo esse tempo, por sua vez, o Legislativo deixou de tomar qualquer outra atitude que não fosse a omissão, a inépcia e a indiferença. Consentiu em conviver com a LSN e foi preciso que testemunhasse o zelo inaudito com que setores do governo Sarney a vinham defendendo para dispor-se a enfrentar a questão. O esforço, de qualquer modo, merece aplauso. Exceto por um detalhe: na sua extrema concisão - apenas um artigo, dizendo "fica revogada a Lei de Segurança Nacional" -, o projeto Paulo Ramos constitui mais uma forma de pressão sobre o Executivo, para que este tome a iniciativa de legislar, do que o resultado de um esforço autônomo para solucionar o problema. Bem ou mal, contudo, o impulso de mobilização parlamentar contra a LSN finalmente começou. Cumpre levá-lo até o fim."

Da mesma forma, gostaria que fosse transcrito nos Anais desta Casa, o editorial da "Folha de Londrina", do dia de ontem, que faz referências à última enganação da "Nova República" e do Presidente José Sarney, quando dá a entender à população brasileira que a solução dos problemas dos trabalhadores desta nação, que são aqueles que são a maioria e aqueles que produzem tudo o que de bom existe nesta Nação, a solução está na doação das migalhas e das esmolas representadas pelo abono anunciado pelo próprio Presidente.

Portanto, a matéria intitulada "Abono Ofensivo" da "Folha de Londrina", representa muito bem a vontade desse Parlamentar que representa os trabalhadores e, creio eu, a vontade de todos os trabalhadores paranaenses e creio que também da maioria dos Parlamentares eleitos pela maioria e que compõem esta Casa de Leis.

(Lê):

EDITORIAL

"ABONO OFENSIVO"

(Folha de Londrina, 09.08.87)

Até mesmo os mais humildes dos trabalhadores brasileiros recebeu mal o abono salarial anunciado pelo Presidente José Sarney, em sua entrevista de sexta-feira. E os comentários subseqüentes do próprio presidente e dos ministros Bresser Pereira

e Almir Pazzianotto não melhoraram a coisa em nada. As afirmativas de que "para quem ganha pouco" o abono é significativo, ou outras no sentido de que "isto é o máximo que se pode dar, agora", ecoaram como uma prova de desfaçatez e desrespeito ao trabalho.

Nem mesmo o regime militar que dominou o Brasil por 20 anos, que fez do arrocho salarial uma política econômica, que escamoteou quanto pôde os trabalhadores, teve a petulância de, em momento algum, oferecer um abono como este que o Governo "democrático" da Nova República deu, com ares de estar fazendo uma grande coisa. Ademais, nos tempos da repressão, sabia-se como eram as coisas: havia o Governo que mandava e o povo que obedecia. Hoje, dizem, estamos em outro clima. Existe um Governo que se diz preocupado com o social e que afirma estar envolvido com a democracia.

Na verdade, o abono anunciado pelo Governo evidencia bem a preocupação social das autoridades que outra coisa não é que o paternalismo demagógico tão conhecido, igual aos programas de merenda escolar, do leite para os carentes, de tantos outros que não escondem o assistencialismo barato, o clientelismo político nefasto que empobrece e avilta o trabalhador.

Os 250 cruzados de abono para os trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos são a amostragem do valor que se dá ao trabalho. Com este acréscimo, o menor salário brasileiro passa a ser de Cr\$ 2.220, o que não chega para atender às mínimas necessidades de uma pessoa. Quando se sabe que este abono vem para compensar a flexibilização de preços, sabe-se o que representará: menos do que nada.

Como bem assinalaram os técnicos do DIEESE, se o Governo não houvesse escamoteado o resíduo salarial - a sobra depois do último "gatilho" - o salário mínimo já estaria na casa dos 3 mil cruzados, sem qualquer esmola. Mas é óbvio que numa política econômica que faz do salário sua grande vítima, isto é impensável. Os técnicos e especialistas que assumiram o Governo após a chamada Revolução descobriram, rapidamente, que o modo mais fácil de desenvolver uma política econômica é roubar nos salários. As lições de Delfim Neto, de Mário Henrique Simonsen, que consistiam em sacrificar a massa trabalhadora para produzir um desenvolvimento ilusório, encontraram adeptos e seguidores. O presidente José Sarney, que adorou os primeiros meses do Plano Cruzado, assustou-se com o que veio depois, e aceitou, calmamente, as teses de que o consumismo foi que acabou com o sonho do plano de estabilização. A resposta é acabar com o consumismo via salário arrochado e achatado.

Os dirigentes da CUT e da CGT, que continuam a tentar articular uma greve geral, para protestar contra o Plano Bresser, não poderiam esperar ajuda maior do que esta que foi dada pelo próprio Governo. Um abono irrisório, a certeza de que o arrocho continua e de que também se visa o achatamento salarial, representam assunto mais do que propício para dar força ao protesto. E isto, infelizmente, é o menos dramático. O pior é que a cada nova medida se percebe como as autoridades estão perdidas, sem saber o que podem ou devem fazer para resolver os problemas econômicos que se acumulam. E que, agora, não podem mais ser apresentados como herança de um período de desgoverno. De fato, a herança foi pesada. Mas os erros sucessivos, a falta de competência já evidenciada, a demagogia barata, acabaram por complicar tudo. E o Brasil volta a perseguir superávites na exportação e a tentar somar divisas que continuam a cair, apesar do calote internacional que o Governo deu. E aprimora as lições de sacrifício ao povo, que já não tem na cinta mais buracos para apertar."

Gostaria também, que os companheiros Parlamentares desta Casa, refletissem e aprovassem um requerimento escrito que estou encaminhando à Mesa, pedindo o envio de expediente ao Sr. Governador Álvaro Dias, solicitando providências no sentido de apurar a gravidade de denúncias constantes em carta anexa que estou encaminhando à Mesa.

(Lê requerimento):

"É público e notório o encaminhamento dado pelo Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, à constatação dos desvios de recursos públicos da PROMOPAR. Resultando daí a prisão de sete servidores envolvidos e a decretação da prisão administrativa da principal envolvida, a Senhora Edmara Oliveira Lara.

Ao ser procurado por um dos familiares dos presos, informava-me ele de que seu parente "nada devia" e que a culpada era a Edmara, pelo fato de que era ela que recebia o montante do dinheiro e repassava a quantia de seus salários, figurando eles como meros instrumentos no desvio. Aliás, esta é a versão constante dos autos e divulgada pela imprensa.

Recentemente recebi em meu gabinete cópia de uma declaração, supostamente assinada, pela própria acusada, endereçada em país vizinho ao nosso, onde responsabiliza o atual Secretário da Agricultura, Osmar Dias, e o Ex-Superintendente do IAM-Instituto de Assistência ao Menor, Senhor Teófilo, como autores intelectuais do crime.

A acusação é grave, por afirmar que o dinheiro foi usado para campanha eleitoral, e principalmente porque, segundo a

declaração, o então candidato ao Governo do Estado do Paraná conhecia aquela prática e chegou a agradecer a declarante "pelo apoio e a cooperação que estava prestando à campanha".

Diante do exposto, este Deputado REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, solicitando a apuração das acusações e, se confirmadas, punir com os rigores da lei os responsáveis.

Independente da veracidade ou não das afirmações, este deve ser o procedimento mais sensato, inclusive como forma de moralizar os atos da administração pública e para recuperar a imagem combalida das autoridades perante a população e estirpar, de vez, a hedionda prática da corrupção e do uso da máquina administrativa em campanhas eleitorais pessoais.

Sala das Sessões, em 10.08.87.

(a) Dep. PEDRO TONELLI.

Por isso solicito apoio para que esta Casa de Leis tome conhecimento da verdade e para que nós nos comprometamos em apoiar a punição dos reais culpados por esta ação fraudulenta.

Concedo aparte ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio- Muito obrigado, Deputado Pedro Tonelli.

Vossa Excelência toca em três assuntos importantes nesta Casa. Primeiro, quanto à Lei de Segurança Nacional, concordamos plenamente com Vossa Excelência e tenha certeza de que a bancada do PDT assina em conjunto o requerimento, porque, lamentavelmente aqueles que ainda na campanha de 1982 muito falaram contra a Lei de Segurança Nacional permanecem há mais de cinco anos no poder e não fizeram absolutamente nada para acabar com este entulho autoritário.

O segundo item que fala Vossa Excelência, com relação ao problema do PROMOPAR, eu quero dizer que tinha preparado e está em minhas mãos todo um material que recebi e, que soltei na imprensa, inclusive, e até me criticaram dizendo que fui um irresponsável por falar em programa de rádio a respeito de uma carta anônima, o que não é verdade. Eu me preocupei, inclusive, em solicitar o reconhecimento de duas firmas da autora das declarações com firma reconhecida, para evitar que viesse qualquer pessoa a desconfiar da veracidade dos fatos.

Então, quero cumprimentá-lo por estes dois pontos, que são de suma importância para esta Casa, além do problema do abono, porque o mesmo é apenas para enganar o trabalhador, porque na semana próxima é

para estourar por aí o aumento do transporte coletivo.

Parabéns, Deputado.

PEDRO TONELLI - Eu agradeço ao Deputado Algaci Túlio, o seu embasamento vem enriquecer o nosso pronunciamento.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa consulta à liderança do PTB se fará uso da palavra.

Declina. Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS.

Declina. Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL.

Declina. Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB.

Com a palavra o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A burocracia realmente complica as coisas no Poder Público.

Recentemente passaram trezentos candidatos ou mais no Concurso de Agente da Polícia Civil e de Escrivães, realizado pelo Governo do Estado do Paraná.

A Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa recebeu os escrivães e em contacto com Sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, analisamos, discutimos, trocamos idéias e os escrivães nos pediam, na oportunidade, que eles fossem deslocados às suas cidades de origem para começarem o estágio e seu trabalho nas Delegacias de Polícia. Muitos deles retornaram às suas cidades de origem. O que me causa estranheza, nesta tarde, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que até agora os escrivães, os agentes, não foram nomeados para receber no final de cada mês, o salário de miséria que recebe a Polícia Civil e a Polícia Militar do Estado do Paraná. Não foram nomeados. Tentei descobrir o porquê. Uma determinada pessoa, a qual estou levantando Deputado Algaci Túlio, não teve o devido e suficiente tempo para analisar e dar a finalização ao Projeto para que o Governador sancione a Lei e eles possam resolver. Parece que esta pessoa está participando de um Congresso de Golfe. Isso eu vou descobrir ou até mostrar, na televisão, como se joga golfe.

Então, estou cansado deste problema burocrático!

Sexta-feira, agora, ao chegar na minha cidade, e invoco o testemunho do Deputado Antônio Belinatti e do Deputado Homero Oguido, que não está presente, fiquei estarecido, porque fui chamado para ir à uma Escola, na minha cidade. Entrei na Es-

cola e vi todas as crianças deitadas no chão, Deputado Djalma de Almeida César, sem carteiras, estudando no chão!

Aí eu perguntei: "Mas o que é que está havendo?"

Não é porque está demorando a chegar as carteiras, é muito burocrático, já faz quase seis meses que estamos pedindo, desde o ano passado e não veio, passou para este ano e também não veio", informou a professora.

Eu perguntei: Como é que as crianças estão estudando?

"Estão estudando no chão, elas deitam e fazem a tarefa no chão".

Então, hoje, estou tentando solucionar o problema para ver se consegue duzentas carteiras. Quer dizer, o dinheiro do cisne, seis milhões de dólares, dava para comprar carteira, não dava? Dava para comprar carteira! Em vez de buscar cisne, na Holanda, em Amsterdã, na África, se pegasse este dinheiro e aplicasse, comprasse carteiras para os estudantes do Paraná. acho que teriam resolvido o problema no ano passado! Mas se preocuparam em buscar cisne, que era mais importante, para dar para um político, no Rio Grande do Norte, do que se preocupar com a polícia do meu Estado, com um soldado da Polícia Militar que ganha Cz\$ 5 mil, enquanto que o soldado da Polícia Militar do Estado de São Paulo, ganha Cz\$ 21 mil; o agente de Segurança no Paraná ganha Cz\$ 14 mil, e em São Paulo ganha Cz\$ 30 mil; em Mato Grosso ganha muito mais, e assim vai por diante. Um Delegado de Polícia ontem a Folha de Londrina trouxe esta notícia, no meio de um dos seus cadernos. O Delegado Sarotti, Delegado de Polícia de 3ª Classe, da Cidade de Rolândia, queria abandonar a Polícia para fazer um Curso, Deputado Raul Lopes, de Subtenente na Polícia Militar, em São Paulo, porque se ele passasse na Polícia Militar em São Paulo, ele ganharia um salário decente, um salário humano, para que ele pudesse cuidar de seus afazeres e cuidar da sua família. Então está na hora de acabar com a burocracia neste Estado. Vai aqui um alerta. Hoje a Comissão de Segurança Pública desta Casa. Eu, Deputado Algaci Túlio, Deputado Raul Lopes, Deputado Alexandre Ceranto, Deputado Antônio Costenaro Neto e os demais convidados da minha Comissão, vamos nos reunir com os escrivães de Polícia, vamos nos reunir com os agentes de segurança, e vamos nos reunir com os peritos, com os legistas do Paraná, para resolver o problema do IML de Londrina, para resolver o problema do IML de Ponta Grossa, terra do futuro Prefeito Djalma de Almeida César; para resolver o problema do Instituto Médico Legal de Guarapuava: Instituto Médico Legal de Maringá, a terra do Deputado Ferrari Júnior;.

resolver o problema do IML de Paranavaí, terra do Deputado Eduardo Baggio; e de tantos outros municípios do Paraná, como também do Sudoeste, terra do meu querido Deputado Nereu Carlos Massignan, que está pedindo, já esteve na Secretaria de Segurança Pública conclamando, gritando, implorando, exigindo soluções imediatas para solucionar também o problema de segurança, o problema do IML do Sudoeste do Paraná.

Por isso, Senhores Deputados, que acho que é chegada a hora de acabar com a burocracia no Paraná. Acredito no Governo do PMDB, acredito no Governador Álvaro Dias, ainda sou daquela filosofia, "não são os partidos que fazem os homens e os políticos, e sim os políticos de vergonha na cara é que vão ajudar a construir o Paraná, e ajudar a construir este País". Por isso que eu acredito no Governador Álvaro Dias, e por isso que hoje vou ao Palácio, vou a quem de direito em nome da minha Comissão, em nome não só desta Comissão, mas em nome de toda esta Assembléia, em nome de todos os Partidos, pedir para que se acabe com a burocracia e que se resolva os problemas de imediato. Vamos deixar de lado este negócio de tentar solucionar no dia de amanhã, vamos tentar solucionar na hora, resolver os problemas na hora, porque a barriga quando ronca ela não pode esperar, e a barriga do agente de segurança também ronca, a barriga do médico legisla também ronca, a barriga do escrivão de polícia também ronca, e eles não podem passar no concurso e estão trabalhando nas delegacias de polícia sem serem contratados, devidamente contratados pelo Governo do Estado.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência solicita aos Senhores que estão presentes nas galerias que apenas assistam a sessão. De acordo com o regimento interno é proibido a manifestação dos Senhores da Galeria.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Com aparte o Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio- Muito obrigado Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Esse assunto nós já focalizamos na semana passada nessa Assembléia. Ele é por demais importante, porque afinal de contas, como disse Vossa Excelência são pessoas que vieram em grande parte do interior do Estado, abandonaram seus empregos, alguns até são ex-policiais militares, ingressando na carreira de policial civil e estão hoje desempregados. Eu assisti alguns depoimentos em meu gabinete, na últi-

ma quinta-feira, realmente comoventes, alguns vendendo o pouco que tem, a sua casa, sua televisão, sua moto, sua bicicleta, para poder sobreviver, esperando a boa vontade do Secretário de Segurança Pública e a boa vontade do assessor que a esta hora está jogando golfe e não pode dar uma solução para o projeto. Tenho certeza que no Governo de Álvaro Dias os seus subordinados terão um horário fora do expediente normal para praticar o golfe, durante o horário do trabalho é para trabalhar para a segurança do Estado. Parabéns Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Tem o aparte o nobre Deputado Raul Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Informo ao nobre Deputado que seu tempo está esgotado, concedo-lhe um minuto para concluir.

O Sr. Raul Lopes- Agradeço o Deputado Luiz Carlos Alborghetti pela deferência. Eu vou ser breve, dizendo que faço minhas as palavras do prezado companheiro, que com veemência, com exaltação, trouxe à público os problemas da segurança pública deste Estado. Tenho certeza que juntos haveremos de solucionar essa grande angústia e aflição que paira em todo o processo, em todo o sistema social brasileiro.

Eu parabenizo Vossa Excelência, e estamos com Vossa Excelência apoiando toda essa grande gama de trabalho que Vossa Excelência vem desenvolvendo, nobre Deputado!

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Para finalizar, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Espero que a reunião de logo mais à tarde traga frutos para que o problema seja solucionado. Tem que ser solucionado! A família paranaense clama por segurança, e não só viaturas que resolvem o problema do Paraná, materiais humanos são de suma importância.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está encerrada a hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, proposta de emenda constitucional, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, devidamente apoiada. Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, com apoio dos Srs. Deputados Antônio Belinati, Rafael Greca, Valderi Mendes Vilela e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão de Inquérito, para apurar denúncias de corrupção no esporte do Estado. - Recebido. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - **Apoiados.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Nelson Vasconcellos e Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 75/86, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que dispõe sobre alteração dos limites e confrontações do Município de Cantagalo, criado pela Lei n. 7575, de 12.05.82, conforme especifica. - **Aprovado.** (Public. no D.A. n. 32, de 24.04.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 278/86, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que dispõe sobre a elevação do número de cadeiras da Câmara Municipal de Toledo, que passa a contar a partir da próxima Legislatura, com dezessete vereadores. - **Aprovado.** (Public. no D.A. n. 139, de 27.12.86).

2.^a **DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei n. 123/85, de autoria do Deputado IVAN GUBERT, que dá nova redação ao artigo 88 da Lei n. 7051/78, conforme especifica. (Vencimento é a retribuição pelo efetivo exer-

cício do cargo, correspondente ao símbolo, categoria ou ao nível fixado em lei, mais os eventuais acréscimos por tempo de serviço). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. Com EMENDA da C.C.J. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Sobre o mesmo, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia por dez sessões, o Projeto de Lei n. 123/85. - **Aprovado.** Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia por dez sessões, o Projeto de Lei n. 123/85.

2.^a **DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei n. 209/86, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS E ESCRITORAS DO BRASIL - AJAEB, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** (Anexo Projeto de Lei n. 35/87, versando sobre a mesma matéria. - **Aprovado,** artigo por artigo.

2.^a **DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei n. 214/86, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que eleva o número de vereadores da Câmara Municipal de Ivaiporã, que passa a contar a partir da próxima legislatura, com onze vereadores. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Sobre o mesmo, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por cinco sessões, do Projeto de Lei n. 214/86. - **Aprovado.** Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia por cinco sessões o Projeto de Lei n. 214/86.

2.^a **DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei n. 09/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** - **Aprovado,** artigo por artigo.

2.^a **DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei n. 64/87, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO DE CARVALHO, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pato Branco, o lote de terra n. 03,, da quadra 32, com área total de 1.371,16m², objetivando o funcionamento da Câmara Municipal de Pato Branco. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** - **Aprovado,** artigo por artigo.

2.^a **DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei n. 70/87, de autoria do Deputado NELSON VAS-

CONCELLOS, que denomina HÊNIO ROMAGNOLLI a Rodovia que liga Umuarama a Mariluz, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 71/87, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que denomina ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA a Rodovia que liga Umuarama a Ivatê. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 266/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 125/86), que dispõe sobre a inclusão do símbolo DAS-6, com o valor que especifica, na escala de vencimentos de cargos em Comissão de Direção e Assessoramento Superior instituída pelo art. 7º da Lei n. 6996, de 12 de abril de 1978 e adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - (Public. no D.A. n. 107/86, de 30.09.86, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 226/86

P A R E C E R:

O presente projeto de lei é oriundo da Mensagem Governamental n. 125/86, e dispõe sobre a inclusão do símbolo DAS-6, com o valor que especifica, na escala de vencimentos de cargos em Comissão de Direção e Assessoramento Superior instituída pelo Art. 7º da Lei n. 6996, de 12.04.78.

Ao justificar a proposição em questão, o Chefe do Poder Executivo diz que esta visa atender aos superiores interesses da Administração, pois há a necessidade de uma reavaliação nas atribuições dos cargos, levando-se em conta o grau de complexidade das funções visando uma justa remuneração dos Chefes e Assistentes de Grupos Setoriais, e também a possibilidade de um melhor recrutamento nas ocasiões de preenchimento de tais cargos.

O projeto de lei obedece ao preceito contido no Art. 47, inciso I, da Constituição Estadual, que define matérias desta natureza como prerrogativa exclusiva do Poder Executivo.

Assim sendo, não existe qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao trâmite do referido projeto de lei.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente

EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 226/86

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, enviado a esta Casa de Leis pelo então Governador João Elísio Ferraz de Campos, visa a modificação da simbologia e de vencimentos dos cargos de chefia dos grupos Setoriais das Secretarias de Estado.

Entendemos ser de grande importância para a estrutura das Secretarias e de justo merecimento para os funcionários ocupantes daqueles cargos, dada a relevante importância das tarefas desenvolvidas pelos mesmos.

O projeto de lei em questão, vem atender a antigas reivindicações no sentido de valorização funcional dos chefes e assistentes dos Grupos Setoriais.

Assim sendo e visto já ter o projeto, parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N. 226/86

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, enviado a esta Casa de Leis pelo então Governador João Elísio Ferraz de Campos, objetiva modificações da simbologia e de vencimentos dos cargos de chefia dos Grupos Setoriais das Secretarias de Estado.

Em justificativa à presente proposição, fundamentamo-nos no Art. 47, inciso I, da Constituição Estadual que tece critérios sobre matérias dessa natureza e atribui ao poder Executivo a decisão de julgar o presente assunto. Por se tratar de grande importância para a estrutura das Secretarias de Estado e por entendermos ser o proposto de justo merecimento devido à complexidade das funções que os cargos exigem, não vemos nenhum impedimento de natureza regimental à tramitação do referido projeto de lei que proporcionará justa remuneração aos Chefes e Assistentes de Grupos Setoriais.

Opinamos assim pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 23.06.87.

(aa) NELSON VASCONCELLOS - Presidente

ANTÔNIO BÁRBARA - Relator

Sobre o mesmo, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Caíto Quintana e Nestor Baptista, na qualidade de Líderes do PMDB e do Governo, constante do expediente, solicitando seja retirado da pauta por dez sessões consecutivas, o Projeto de Lei n.

226/86. - **Aprovado.** Fica portanto, retirado por dez sessões consecutivas, o projeto de Lei n. 226/86.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Edegar Ernsen, ocorrido no dia 07 de agosto do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Aloysio Sott, ocorrido no dia 1º de agosto do corrente ano, no município de Cruz Machado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Júlio Tymus, ocorrido no dia 28 de junho do corrente ano, no município de Cruz Machado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio de Paiva Cantelmo, ocorrido no dia 25 de julho do corrente ano, no município de Francisco Beltrão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do General Idálio Sardenberg, ocorrido no dia 30 de maio do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Nabor Moraes Silva Netto e da Senhora Maria Lucia Mansel Silva, ocorrido no dia 08 de julho do corrente ano, no município de Umuarama. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Professora Aparecida Ferreira Kutz Dreer, ocorrido no dia 24 de julho do corrente ano, no município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Oscar Sanches Monteiro, ocorrido no dia 05 de agosto do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Lobato Machado, do município de Foz do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 128/87, que cria o Hospital do Servidor. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 53/87, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem n. 40/87. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 090/87, que declara de utilidade pública a "Associação dos Funcionários Aposentados do BANESTADO", com sede nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 085/87, que declara de utilidade pública a "Associação dos Viajantes do Sudoeste Novo", com sede no município de Francisco Beltrão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 19/87, de autoria do Poder Executivo, que concede pensão à Sra. Maria Nicolas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 42/87, que estabelece o cadastramento de empresas de produção cultural, circense, de teatros ambulantes e demais companhias congêneres. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 89/87, que disciplina a prestação de contas das instituições declaradas de utilidade pública. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 88/87, que isenta as instituições declaradas de utilidade pública das taxas de água e energia elétrica. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência pa-

ra o Projeto de Lei n.162/84, que regula-
menta o preenchimento de funções do quadro
de pessoal regido pela CLT na Administra-
ção Direta e Indireta do Estado. Aprovado.
À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-
putado Djalma de Almeida César, constante
do expediente, solicitando Regime de Ur-
gência ao Projeto de Lei n. 87/87, que
declara de utilidade pública a "Augusta e
Respeitável Loja Simbólica Alexander Flem-
ming", do município de Ponta Grossa. Apro-
vado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-
putado Lindolfo Júnior, constante do expe-
diente de sessão anterior, solicitando voto
de repúdio aos pagamentos das empresas
de consultorias que continuam trabalhando
para a construção da ferrovia Norte-Sul.
Rejeitado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-
putado Dirceu Manfrinato, constante do ex-
pediente, solicitando voto de louvor ao
Senhor Secretário da Agricultura e Abaste-
cimento, pelos relevantes serviços presta-
dos ao Estado. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Para
discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se
a discussão para a próxima sessão, na
forma do Artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor De-
putado Pedro Tonelli, constante do expe-
diente de sessão anterior, solicitando vo-
to de repúdio ao Senhor Secretário da
Agricultura e Abastecimento, pelas decla-
rações feitas ao jornal "Folha de Londri-
na". Em votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Para
encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Para
encaminhar, concedo a palavra ao Sr.
Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente,
Srs. Deputados.

Eu não sei se, ao encaminhar neste
instante este requerimento do Deputado Pe-
dro Tonelli, não sei se devo pedir perdão
a Deus. Pedir perdão a Deus de ver tantas
injustiças e, ao mesmo tempo, tanta incom-
petência.

Incompetência e, acima de tudo, daque-
les que procuram trazer à população do meu
Estado a demagogia, a mentira, tentando,
com essas atitudes e essas formas, levar à
consciência do povo do Paraná aquilo que
realmente não é verdade.

Eu lamento, ilustre Deputado Pedro To-
nelli, líder absoluto de Vossa Excelência
mesmo, quando Vossa Excelência não tem

condições de ter seus liderados a seu la-
do, não tem o direito e a competência de
julgar ninguém. Se Vossa Excelência vol-
tasse ao passado, Vossa Excelência, que
tanto fala em pregar a moralidade, mas
acho que devia procurar no dicionário o
que é a palavra moralidade, porque Vossa
Excelência a desconhece.

Se dela tem conhecimento, é através de
seus teleguiados que fazem os seus discurs-
sos e que procuram agitar sem trazer re-
sultado e benefício para a população do
Paraná.

E, acima de tudo, se nós pegássemos
uma fita métrica ou até um metro, e medís-
semos o seu Q.I., veríamos a impossibili-
dade de medi-lo, porque Vossa Excelência
nem isso possui.

Vossa Excelência esquece que, quando o
Dr. Osmar Fernandes Dias assumia a Presi-
dência da CAFE DO PARANÁ, que era um ninho
de corrupção, uma empresa que era um ninho
de gatos, e Vossa Excelência se esquece
que à frente daquela empresa, assumindo um
compromisso com a população do Paraná e
com o Governo do PMDB, o Dr. Osmar Fernan-
des Dias descobriu até maquinários que
eram usados por pessoas do passado e que
já fazia alguns anos que se encontravam em
propriedades particulares. Vossa Excelên-
cia não enxerga isso.

V. Exa. não vê que através do trabalho
incansável deste grande Secretário de Es-
tado, a CAFE DO PARANÁ deixou seu balance-
te final, com o Dr. Osmar Fernandes Dias,
na presidência, dando cento e poucos mi-
lhões de lucro, e que o próprio BANESTADO,
durante o ano, teve o mesmo valor, de cen-
to e poucos milhões.

Deputado Pedro Tonelli. Se há uma coi-
sa que aprendi na minha vida pública, é
respeitar o ser humano, e acima de tudo,
respeitar os meus adversários. Mas gosta-
ria que Vossa Excelência, ao trazer as de-
núncias neste Parlamento, o faça embasado
na certeza, e não em mentiras e inverda-
des. Acho que fiscalizar é um dever de
Vossa Excelência, que tem por obrigação de
fiscalizar este Parlamento e os atos do
Poder Executivo, mas fiscalizar com decên-
cia, não com demagogia, com mentiras, por-
que isto não traz nenhum resultado a Vossa
Excelência.

Sinto, ilustre Deputado Pedro Tonelli,
que através dessa demagogia e dessas men-
tiras, Vossa Excelência enganou tantos e
tantos humildes trabalhadores de sua re-
gião. Acho que se voltarmos à sua região e
fizemos uma pesquisa eleitoral, sentire-
mos que as pessoas que acreditaram em Vos-
sa Excelência hoje não acreditam mais,
porque desde o momento em que convivo com
Vossa Excelência neste Parlamento, até ho-
je não vi em sua atividade nada de concre-
to, nada de positivo ao nosso Estado e ao

povo paranaense.

O que vejo de concreto em Vossa Excelência é exatamente as suas duas atividades que tem. A primeira, é ser Deputado Estadual pelo Paraná. A segunda atividade de Vossa Excelência, é mexer com terras, mas não com terras de V. Exa., terras dos outros, para tentar enganar e mentir sobre a reforma agrária. Estas são as suas atividades.

Vossa Excelência critica o Governo Álvaro Dias, critica o Secretário Osmar Fernandes Dias, mas para criticar as pessoas sérias e honestas tem que, acima de tudo, dar o exemplo da honestidade e o exemplo da dignidade. Vossa Excelência não tem as condições morais de criticar o Governo do Paraná, muito menos usando as sessões, quer seja na Secretaria da Agricultura e Abastecimento, ou nas outras Secretarias do Governo do Paraná.

E a razão, Deputado, é que recentemente tive oportunidade de ver pelas televisões do Paraná, os homens, as famílias, as crianças que Vossa Excelência joga nos acampamentos das beiras das estradas, usando de demagogia, de mentiras. Estão lá as crianças desnutridas, que recentemente denunciei na tribuna deste poder Legislativo.

Por que, Deputado, se vê tantos defeitos nos homens honestos e sérios? Por que, Deputado, Vossa Excelência não pega sua verba de assistência social, que é de direito, como Deputado, e quero acreditar, se Vossa Excelência não mentiu ao Parlamento e ao povo, deverá ter mais de cem mil cruzados de verba de assistência social, se realmente não retirou, por que não pega esta verba, vai lá, Senhor Deputado, onde as crianças estão morrendo à míngua? Onde está o povo que Vossa Excelência defende?

Leve esta verba para comprar remédios, para comprar leite e alimentação àquelas crianças que, na inocência, vocês instigam para o caminho da não-realidade, para o caminho da fome e da miséria.

Acho que todos nós temos que prezar pela nossa integridade, e acima de tudo, pela nossa responsabilidade, porque enganar e mentir para uma criança é ser desonesto consigo mesmo, porque as crianças são inocentes e pagam tão caro pelos injustos, que destroem suas esperanças.

Ilustre Deputado, lamento profundamente que, se Vossa Excelência, ao invés destes atos de voto de repúdio, procurasse mais de perto os Secretários do Governo honesto do Paraná, que é o Governo Álvaro Dias, e Vossa Excelência sabe disto, e não pode se negar a isto, porque tem visto e ouvido os atos do Governo do Paraná.

Eu já disse e volto a repetir, ilustres Deputados, mandatos são passageiros.

Os mandatos dos homens públicos são passageiros, porque todos nós passaremos pelo crivo da consciência da população e, acima de tudo, pelo crivo da consciência de Deus, mas a integridade, a honestidade, a seriedade, ilustre Deputado, isto é um dever de todos os cidadãos brasileiros, isto é vitalício, isto não pode ser passageiro, isto tem que ser permanente nas pessoas de bem e que têm responsabilidade com o povo e principalmente com o ser humano.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores companheiros. A partir do pronunciamento feito pelo nobre colega Dirceu Manfrinato, eu me sinto mais encorajado e acho que a partir do pronunciamento dele, é que temos que realmente ter a certeza que teremos que repudiar os pronunciamentos feitos pelo Secretário da Agricultura Osmar Dias, e o que ele fez pelo Paraná afora, especialmente em Medianeira bem como as últimas declarações por ele feitas à imprensa do Paraná.

Concordo com o Deputado Dirceu Manfrinato, ilustre colega, quando ele fala que temos que ir contra a injustiça, contra a demagogia, e contra as mentiras, concordo, porque se alguém foi mentiroso, demagogo e injusto, foi o Secretário dele, o Secretário do Partido dele e o Secretário do Governo dele, quando falou que no Paraná não tem terras para a Reforma Agrária. É por isso Senhores e Senhoras, companheiros Parlamentares, que temos que aprovar esse voto de repúdio, porque temos que ser contra a injustiça, a demagogia e outros absurdos desse Governo defendido por ele.

Ele sobe nessa tribuna, tão digna, e tem a ousadia de honrar o Secretário da Agricultura por coibir os abusos na Cafe do Paraná e fala em nome do PMDB. Será que o nobre colega Dirceu Manfrinato esqueceu que o Governo que antecedeu Osmar Dias era João Elísio, era José Richa e que era do PMDB e que continua sendo?

O colega Dirceu Manfrinato usa desse expediente tão digno para tentar dar a entender aos companheiros dessa Casa que a todos considero homens dignos, íntegros e inteligentes, para dizer que Cz\$ 100 mil de assistência social que nós não estamos usando, que é isso que vai resolver os problemas dos trabalhadores do Paraná. Por que é que ele não vem aqui, use cara limpa e diga que o que vai resolver os problemas do Paraná e os recursos que estão sendo gastos com a irrigação dos fazendeiros, é aquilo que está sendo usado para construir mais uma ferrovia, são os Cz\$ 700 milhões que vão ser usados para construir uma barragem desnecessária; é o que está sendo usado com essa propaganda para divulgar o

nome de certas pessoas neste Estado com dinheiro público? Porque ele não tem coragem de subir nessa tribuna e falar isso? É porque, com certeza, esse Governo que nós temos ele quer reproduzir os Governos que passaram, quer dar uma imagem, dar a entender publicamente que é o Governo da verdade, da moralidade, da serenidade, com notícias na televisão e nos jornais, mas ao analisar os seus atos, nós estamos vendo que o que acontece é exatamente o contrário.

Por isso, Senhores e Senhoras, colegas Parlamentares, em nome do respeito a vontade dos trabalhadores do Paraná, que são aqueles que nos elegeram e aqueles que produzem a riqueza do Paraná, sejamos corajosos, vamos usar do nosso poder e da nossa liberdade e vamos manifestar publicamente um voto de repúdio para que este Secretário de Agricultura responsável pelo povo do Paraná se sinta realmente responsável e não cometa mais tamanho absurdo.

Quero ver mais uma vez nesta Casa se os nobres Pares realmente defendem o interesse do Paraná. Quero ver através deste pequeno ato para onde é que vai aquilo que está escrito no programa de todos os partidos, inclusive no do meu; aquilo que foi dito e aprovado em palanque, em que todos nós conquistamos o poder defendendo a Reforma Agrária. Porque Senhores e Senhoras, colegas Parlamentares, o que eu tenho a dizer nesta Casa é que se tiver alguém aqui no Paraná que é responsável pelos acampamentos, que é responsável pela miséria, pela fome, responsável pela favela, se tiver alguém, são aqueles que mandam na política econômica, na política social e na política geral deste Estado.

Lamentamos a ousadia e o infantilismo de um Deputado Estadual do Paraná caracterizar um Parlamentar pela culpa do problema maior deste Estado, que é o problema da Reforma Agrária. Com isso, certamente, ele não irá encobrir o problema e o que está escrito no estatuto do seu partido e nos seus pronunciamentos já feitos nesta Casa, o que está escrito na lei do estatuto da terra e que simboliza o seu mandato, e creio eu, de todos que estão nesta Casa.

Por isso eu reitero, todos nós teremos que votar a este repúdio e chamar a atenção para que o Senhor Secretário antes de falar, porque ele é uma autoridade constituída assim como nós e, por isso ele e nós temos que ser responsáveis por aquilo que falamos.

Concedo o aparte ao Deputado Rafael Greca.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência informa que não cabe aparte no encaminhamento de votação.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Senhor Presidente eu quero pedir desculpas, mas premido pelo antecedente registrado quando o Deputado Dirceu Manfrinato interrompeu o orador eu imaginei que estivéssemos na hora...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Houve uma interrupção, não foi um pedido de aparte e esta presidência, quando quis interterferir, verificou que o assunto já tinha se encerrado.

Com a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encerrar. Senhor Presidente, nobres Colegas, eu queria chamar a atenção para o fato de que quando discutimos esta matéria, na segunda-feira, passada, ela já surtiu efeito, por isto que temos que aprovar este "voto de repúdio".

Porque quando foi anunciado "este voto de repúdio", no dia seguinte ouvimos declarações na imprensa do próprio Osmar Dias culpando a imprensa, dizendo que a imprensa distorceu o seu discurso e que não foi bem isso que ele falou. Disse que falou que havia poucas terras no Paraná disponíveis para Reforma Agrária, e a imprensa escreveu que não havia.

Então, se nós repudiarmos aqui, certamente nós teremos amanhã uma declaração do Secretário da Agricultura confirmando aquilo que é dito pela maioria dos peemedebistas, que foi dito pelo Governador Álvaro Dias e que está escrito no programa do PMDB ou seja que no Paraná existe terras para reforma agrária. Por isso é que temos que aprovar este repúdio ao Secretário Osmar Dias.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado, nobres Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está em votação o requerimento do Deputado Pedro Tonelli.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Para encaminhar) - Senhor Presidente.

Eu serei breve para encaminhar o requerimento proposto pelo Deputado Pedro Tonelli, entendendo o posicionamento, por que não, deste Deputado, mas reconhecendo também a falta de conhecimento político, a falta de memória política, a falta até de leitura política, e de estatística atual. O Governador Álvaro Dias é reconhecido, na atualidade como o Governador mais popular deste País, não porque tenha um metro e oitenta, não sei quantos, ou porque foi Deputado Federal mais votado da história deste Paraná, ou o Governador mais jovem, ou o Senador da República com a maior votação dada neste Estado, mas, pelo traba-

lho revolucionário, pode-se dizer, que vem realizando à frente do Governo do Paraná. E sabemos, perfeitamente, Senhor Presidente, que um trabalho com esta força, com esta qualidade, com esta seriedade e com esta moralização, só é possível através de uma equipe forte e de uma equipe bem formada. E, nesta equipe, bem formada, tem se destacado o Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, com projetos sérios, com um trabalho sério, com um trabalho moralizador; com os fazendeiros aos quais vocês querem grilar terras, porque Vossa Excelência é um que nunca trabalhou e quer grilar a terra de quem trabalha; com um irresponsável como o Senhor Pedro Tonelli, sócio da UDR, hoje, porque empurra o Partido cuja liderança ele tem aqui, liderança dele mesmo. Como a minha assessoria, por que não, que se funciona bem continua trabalhando e recebendo, e se funciona mal, vai responder perante a Justiça, porque, por mim, respondo, e não sei se Vossa Excelência responde por sua irresponsabilidade.

Agora, Senhor Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência me assegurasse a palavra, para que eu não ficasse baixando o nível, de acordo com a qualidade cultural e educacional do irresponsável Pedro Tonelli.

Então, Senhor Presidente, para não me alongar mais neste encaminhamento, a Bancada do PMDB, evidentemente vai votar contra este requerimento. Tenho a impressão que os Deputados que trabalham com seriedade, nesta Casa, independentemente de sigla partidária, têm acompanhado a obra realizada pela Secretaria de Agricultura, e não há dúvida alguma que pode existir esta ou aquela divergência de opinião entre um ou outro Secretário, a unanimidade não é sinônimo de democracia, a unanimidade não é sinônimo de inteligência, e a unanimidade também não é sinônimo de bom trabalho. Aqui temos uma Bancada heterogênea, temos uma sessão plenária heterogênea, com o mesmo objetivo, trabalhar pelo Estado do Paraná, pelo menos assim nos parece, e o requerimento é fora de tempo, é mal colocado, é desrespeitoso, e acima de tudo, não cumpre indiscutivelmente a finalidade de um Deputado preocupado em fazer do Estado do Paraná um Estado forte e não um Estado eternamente atrelado ao poder central.

A Bancada do PMDB, volto a repetir com a autorização inclusive do Líder da Bancada, o Deputado Caíto Quintana, votará contrariamente a esse Requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está em votação o Requerimento.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para Encaminhar).

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Talvez não seja o termo "repúdio" o mais apropriado para qualificar o que deva sentir a consciência política do Paraná diante de declarações como as do Secretário da Agricultura, a ele atribuídas nos jornais, de que Sua Excelência disse não haver mais, no Paraná, terras disponíveis para Reforma Agrária. Talvez não esteja o termo "repúdio", de acordo com praxe parlamentar e com a elegância costumeira que se pede aos Parlamentos. No entanto, é mais do que importante que não nos calemos, que digamos, sem qualquer irresponsabilidade mas, antes, com muita responsabilidade, pensando mesmo no futuro, nessa sementeira do amanhã que deve fazer a nossa palavra hoje, aqui, e com relação ao futuro, de que é necessário se pensar numa solução para o problema do campo no Brasil, sob pena de não haver mais solução para as cidades brasileiras, sob pena de não haver mais solução para os grandes problemas que se colocam diante de nós, por exemplo, dos horizontes de Brasília, porque, se o problema das cidades do Brasil está no campo, e se o problema do campo está em Brasília, mais do que nunca a raiz de tudo está no campo; no campo é que se semeia o êxodo e a desesperança! E talvez nós tenhamos que votar com o Deputado Pedro Tonelli embora não concordando com a veemência desse repúdio, no sentido de alertar, enquanto consciência política do Paraná, alertar as autoridades constituídas sobre o gravíssimo problema de não se haver prestado atenção na estrutura fundiária do Brasil, de não se haver cuidado do cumprimento do Estatuto da Terra, de se haver semeado a miséria numa terra onde tudo parecia destinado a ser terra de promessa, terra de futuro, terra de esperança!

Eu nasci, Senhor Presidente, há trinta anos, e nasci num Paraná de estrutura fundiária absolutamente regularizada. Eu me lembro, dizia-me meu pai em uma ocasião que a época do meu nascimento era Governador do Paraná o Senhor Moysés Lupion e nós vivíamos o modelo dos pequenos fúndios, e o Paraná era, todo ele, fundiariamente organizado. De repente, se instalou a desordem!

E hoje, o que nós vemos, Senhor Presidente e Senhores Deputados? Vemos a triste realidade de as pessoas serem empurradas para acampamentos do Partido do Deputado Pedro Tonelli, ou para os acampamentos dos deserdados e dos "sem-terra", até pela mão forte do BANESTADO, porque as pessoas acreditaram no Plano Cruzado que fez esta maioria exuberante do PMDB nesta Assembleia, e agora elas estão sendo executadas pelos Bancos porque veio a hora de cobrar os juros dos tratores, das colheitadeiras,

das semeadoras, dos implementos agrícolas, dos adubos, enfim, de todas as facilidades que a época da eleição da exuberante Bancada do Partido do Governo nesta Assembleia pagou, o delírio nacional pagou, de uma certa forma, a máscara com a qual se enganou o nosso País!

De maneira que, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não é do nosso feitio o repúdio às pessoas, no entanto há de ser, com certeza, a nossa obrigação, o repúdio às estruturas. E há alguma coisa de injusto, sobretudo se é verdadeira a afirmação dos jornais - eu imagino que pode, que tem que ser - porque nunca houve tanto controle dos meios de Comunicação como há hoje, pelo Palácio Iguazu, no Paraná. Então, se há verdade na afirmação do Secretário Osmar Dias de que não há terras disponíveis no Paraná para Reforma Agrária, nós devemos, com certeza, efetivar o nosso descontentamento enquanto consciência política do Estado. Não vai aí nenhum repúdio à pessoa do Senhor Governador, não vai nenhum repúdio ao irmão do Senhor Governador...

O SR.DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem).

Apenas para registrar, Senhor Presidente, que eu quero parabenizar o Deputado Rafael Greca quando diz que a Imprensa hoje tem consciência do que ela publica. Eu quero então dizer a este Poder Legislativo, que realmente, as contas do Deputado na Câmara dos Vereadores que estavam irregulares segundo a Imprensa denunciou, pois ele acaba de confirmar que é verdade!

Muito obrigado.

O SR.RAFUEL GRECA - Senhor Presidente, eu não aceito a aleivosia da afirmação do Deputado Dirceu Manfrinato, mesmo porque a Imprensa é pródiga, em da Oposição denunciar os deslises, e já nos fazer réus de condenação quando ainda somos apenas suspeitos! E não é isso que nós esperamos neste País, em matéria de democracia!

O SR.DIRCEU MANFRINATO - A Imprensa publicou, Deputado!

O SR.RAFUEL GRECA - No entanto eu não quero entrar nessa polêmica, qual seja a polêmica da liberdade de informação, e da liberdade de pensamento. Eu não quero entrar no terreno do Dr.Goebels que é um mestre, e nós podemos, os dois, Deputado Dirceu Manfrinato, o Senhor e eu, passarmos a ler os livros do Dr. Goebels e, quem sabe, atingirmos o nazismo dos nossos sonhos o mais rapidamente possível.

Eu quero, Senhor Presidente, Senhores Deputados, falar, isto sim, do Paraná, liberto e generoso que nós sonhamos; o Paraná do BANESTADO não tirando a terra dos

agricultores pelos tratores que nos seus sonhos eles compraram em tempo de facilidade fiscal e de discurso oficial alvissareiro. Eu quero falar do Paraná os preços mínimos da agricultura digna e convenientemente garantidos; e quero falar do Paraná das pessoas assentadas ao longo das searas, das hortas, das plantações, vivendo todas o sonho de poderem ser fazendeiros, vivendo todas o sonho de poderem ganhar o pão com o suor do próprio rosto.

Eu quero mais do que isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero sonhar com um Paraná onde todos os que exerçam o mandato nesta Casa, o exerçam como a libertar os sujeitos da aspiração do povo, e não como gente mascarada que um dia fala um discurso e noutro dia outro. Por isso, embora discorde da deselegância, da forma como o Deputado Pedro Tonelli coloca o conteúdo de seu requerimento, porque percebo aberta na terra a ferida da desesperança, eu voto com ele, e peço a minha Bancada que assim também o faça. Era isso.

O SR.PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está em votação.

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR.VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, eu requeiro que seja lido o inteiro teor do Requerimento do Deputado Pedro Tonelli.

O SR.PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa defere.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Antonio Belinati.

O SR.ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, eu quero requerer verbalmente a Vossa Excelência que esse requerimento seja retirado de pauta por cinco sessões, e eu solicito à Liderança do PMDB que nesse tempo, Senhor Presidente, que fizesse a gentileza de trazer alguma declaração do Secretário Osmar Dias, confirmando ou não aquilo que foi veiculado pela Imprensa, para podermos orientar a nossa votação. Então creio, Senhor Presidente, que a retirada de pauta por cinco sessões dará condições para se votá-lo, já que se criou aqui uma dúvida para sabermos se o Secretário fez ou não essa afirmação pela imprensa. Creio que tal informação poderá servir de luz para ilustrar melhor o posicionamento de cada Deputado. Nós estamos requerendo isto por escrito.

O SR.PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa, conforme o artigo 110 do Regimento Interno, evidentemente só acatará seu pedido se for por escrito. Como está encerrada a discussão, solicita que o 1º Secretário

faça a leitura do inteiro teor do requerimento. E, pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente.

Eu apenas gostaria de poupar tempo para todos nós Deputados, e mesmo ao Deputado Líder do PDT, na sua proposição de retirar o requerimento. A Bancada do PMDB vai votar contra o requerimento proposto pelo Deputado Pedro Tonelli.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) -

Eu gostaria que Vossa Excelência aguardasse a entrada do requerimento para depois votar contra; que primeiro o requerimento dê entrada na Mesa para depois ser apreciado pela Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa

esclarece que baseado no Artigo 110, deixa de receber o requerimento neste dispositivo porque diz o seguinte: "O pedido de adiamento só poderá ser apresentado antes de encerrada a discussão. Como já foi encerrada a discussão da matéria que será submetida à deliberação da Assembleia, independentemente de discussão, não podendo entretanto, ser apresentado quando a Assembleia estiver em votação, ou quando estiver fazendo uso da palavra qualquer Deputado.

Continua em votação, o requerimento.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Pela ordem, Excelência.

Eu requeri a leitura do requerimento; o Senhor vai continuar a sessão?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência deferiu e solicita ao 1º Secretário que leia o inteiro teor do requerimento.

(O Sr. 1º Secretário procede à leitura do requerimento).

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Centro Cívico "Bento Munhoz da Rocha Neto" - Requerimento - Súmula: REQUER consignação de voto de repúdio ao Secretário da Agricultura e do Abastecimento, pelos seus pronunciamentos sobre a Reforma Agrária e os trabalhadores sem-terra.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado voto de repúdio ao Excelentíssimo Sr. Osmar Dias, Digníssimo Secretário da Agricultura e do Abastecimento, por suas declarações feitas no dia 27 de julho de 1987, em Medianeira, Paraná.

Editado no jornal "Folha de Londrina", em 28 de julho de 1987, de que não existem mais terras no Paraná para Reforma Agrária, e também pelo seu apoio e convivência

com os fazendeiros no episódio da ocupação das terras do INCRA, na Fazenda Padroeira - Matelândia, Paraná, onde os fazendeiros exigiam uma solução, mesmo que fosse pelas armas.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1987.

PEDRO TONELLI

Deputado Estadual do PT.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está em votação o requerimento.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Líder do PMDB, Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhores Deputados, Sr. Presidente.

Eu não gostaria de proceder o encaminhamento, mas, devido a colocação, inclusive, do Deputado Rafael Greca, cuja estatura política e a lisura considero, bem como dos companheiros da Oposição afirmo, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares que esta Casa não pode aprovar repúdio e nem louvor a quem não o mereça. O Secretário Osmar Dias - e disso devem estar lembrados os nobres Parlamentares desta Casa - como Secretário da Agricultura tem profundas ligações com o ITC, e com os demais órgãos da Secretaria de Agricultura, que exatamente palmeiam junto com a ACARPA e outros organismos do Estado, para levantar as terras possíveis de desapropriação no Estado do Paraná.

Aproximadamente quarenta áreas foram enviadas à Brasília, ao INCRA, ao Ministério, para se proceder às desapropriações no Paraná, para reassentamento fundiário. Eu acho que isso seria absolutamente perfeito de se comprovar nessa Casa, pois a Secretaria de Agricultura, juntamente com a Secretaria de Assuntos Fundiários do Paraná, tem buscado incessantemente e responsabilmente a solução dos problemas fundiários do nosso Estado.

Se não bastasse isso, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, quer me parecer que todos os parlamentares, a população do Paraná, inclusive, recentemente deve ter ouvido do Secretário Osmar Dias - esse moço que tem sido nesse instante, provocado nessa Casa com um voto de repúdio - uma colocação clara de que se porventura o Estado do Paraná recebesse áreas de terra do grupo Attala, no instante em que essas terras passassem efetivamente ao domínio do Estado, seria estudada a possibilidade de reassentamento em cima dessa área.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, os interesses políticos, que porventura venham nortear o comportamento do Parlamentar, buscando o sensacionalismo em cima da miséria humana, da necessidade de solução do problema de terra neste Estado e nesta Nação, a demagogia em cima da miséria e da pobreza - o que eu considero pior do que a própria existência na miséria e na pobreza - não pode merecer acatamento nesta Casa onde se presume que os Parlamentares estejam para fazer prevalecer a Justiça.

Se disserem os Nobres Parlamentares que existe deficiência na Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, pois bem Senhores, seríamos obrigados a entender que Secretaria nenhuma, em Governo nenhum, poderá atingir 100% do trabalho. Agora, daí até um voto de repúdio a um Secretário profundamente vinculado com os movimentos populares, com a defesa da Reforma Agrária, com a preocupação constante do reassentamento, não quer me parecer que seja um ato de justiça de nenhum Parlamentar desta Casa votar favoravelmente a este requerimento, sob pena, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de não estarmos valorizando o trabalho de ninguém, sob pena de não reconhecermos aqueles que procuram se desincumbir de uma missão pública, sob pena de estarmos dando à população, à imprensa, à consciência paranaense o direito de julgar que todo o homem público é descumpridor das suas obrigações.

Quem não conhece a têmpera do Secretário Osmar Dias, a sua defesa intransigente em favor da Reforma Agrária? Eu me pergunto: será que o próprio sem-terra do Paraná votaria favoravelmente a este requerimento, jogando alguém que está do seu lado contra ele? Eu peço que haja respeito nesta Casa. Eu nunca aparteei, sem pedir, a Deputado nenhum.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares. Não é porque a Bancada do PMDB queira votar contra um requerimento advindo de um Partido de Oposição, mas é pela total inconsistência da matéria, nele contida que assim faremos. O homem público não pode ser alvo de atos impensados, sob pena de não existir razão alguma para procurar se pautar o trabalho em defesa das causas maiores do nosso Estado.

Defensores de Reforma Agrária somos todos nós; eu também sou. Justiça social no campo todos nós defendemos; eu também a defendo. Mas daí a tentar fabricar inimigos de graça para a Reforma Agrária há uma distância enorme, muito grande, porque esta Casa não votou até hoje voto de repúdio a nenhum latifundiário, defensor intransigente da formação de bóias-frias, de homens à beira da estrada, de trabalhadores sem-terra.

Os maiores defensores da concentração deste Estado e desta Nação não mereceram até hoje um voto de repúdio nesta Casa de Leis. E eu me pergunto se seria o caso de se começar agora por aqueles que defendem a Reforma Agrária, jogando em cima do Secretário Osmar Dias palavras que ele não disse, consideração que não fez, atos que não praticou. E me nego aqui, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, a discorrer mais profundamente quanto ao porquê das críticas e das respostas do Secretário Osmar Dias, porque elas foram provocadas no instante em que o Secretário Osmar Dias, há questão de um mês atrás, percorreu os acampamentos de sem-terras do Paraná levando sementes selecionadas e adubo em apoio a esses reassentamentos.

Então, esse não é o ato de quem seja contra ao reassentamento e à Reforma Agrária, e o homem que age desta maneira não pode merecer nesta Casa voto de repúdio nenhum. Pelo contrário, conclamo a Bancada do PMDB para que o nosso Partido, desfigurados em muitos instantes, reconhecendo aqueles que cumprem à risca o programa do Partido, ao invés de um voto de repúdio dêsemos um voto de louvor pela coragem, pela sensibilidade e pelo trabalho que tem desenvolvido o Secretário Osmar Dias frente à Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar a votação concedo a palavra ao Senhor Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade, porque acredito que o requerimento do Deputado Pedro Tonelli nos dá oportunidade de analisar aqui, ainda que rapidamente, um dos problemas que mais afligem a população de nosso Estado. E ouvi com muita atenção as afirmações do Líder do PMDB Deputado Caíto Quintana e fiquei até me perguntando o que fariam os sem-terras com adubo e sementes se não têm terra para plantar as sementes e nem para distribuir adubo?

Mas eu acho que esse requerimento dá oportunidade de analisarmos as promessas, tantas promessas que foram assumidas e não cumpridas no nosso Estado.

Dá oportunidade de nós, de Cascavel, analisarmos o fato do governo anterior ter indenizado uma área de terra para a construção de uma colônia agrícola em nossa cidade e, hoje, esta terra está sendo ocupada, provisoriamente, por um pequeno grupo de sem-terra de nossa região. Eu gostaria, Senhor Presidente, e pediria até aqui ao Líder do Governo nesta Casa de Leis, que solicitasse ao Governador Álvaro Dias que o Estado do Paraná assumisse uma

posição clara e definitiva com respeito aos sem-terra e à Reforma Agrária.

A opinião pública paranaense ficou estarrecida quando um Secretário da Reforma Agrária, em carta endereçada aos Deputados componentes da Bancada do PMDB nesta Casa, solicitava que eles encaminhassem à Secretaria de Reforma Agrária sugestões sobre áreas para serem utilizadas em termos de Reforma Agrária ou para utilização da Reforma Agrária.

Lemos num dos jornais de grande circulação do Paraná, que deve merecer o respeito de todos nós, afirmações feitas pelo Secretário de Agricultura do Paraná, dizendo que o Paraná não possui mais áreas para a Reforma Agrária. Então é necessário que o Governo do Estado assuma uma posição clara e definitiva com respeito à Reforma Agrária em nosso Estado. Gostaria, Senhor Presidente, nesta oportunidade, ao invés de estar aqui discutindo o encaminhamento a votação deste requerimento, estar aqui discutindo um Projeto de Lei encaminhado pelo Poder Executivo Estadual, realmente resolvendo definitivamente a situação aflitiva dessa gente que mora embaixo de barraca há mais de três anos e até hoje só vive de conversas e de promessas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está em votação o requerimento. Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este Deputado também observou quando o Líder da Bancada do PMDB nesta Casa falou que Sua Excelência, o Secretário da Agricultura peregrinou pelos campos dos sem-terra para levar sementes e a pergunta que fez o Deputado David Cheriegate é a mesma que eu faço?

Para plantar aonde?

Na verdade, lamentamos profundamente que aqueles que nos palanques eleitorais tanto prometeram terra para quem não tinha terra, hoje se colocam do outro lado, defendendo aqueles que se sentem numa situação mais privilegiada, que são os latifundiários.

Nós queremos dizer, este Deputado quer neste momento dizer, que talvez a palavra repúdio não fosse a mais correta. No entanto este repúdio pode não ser mais especialmente à pessoa do Secretário, mas à Pasta da Secretaria da Agricultura, à Pasta da Reforma Agrária que existe no Governo Álvaro Dias e à não realização da Reforma Agrária neste País. É neste sentido que este Deputado vota favorável ao requerimento do Deputado Pedro Tonelli.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, quando o ilustre Deputado Algaci Túlio, solidário com o Deputado Pedro Tonelli, quanto a um requerimento com voto de repúdio ao Secretário da Agricultura e Abastecimento, Dr. Osmar Fernandes Dias, gostaria de lembrar aos Senhores Deputados que o Deputado Algaci Túlio já teve cinco processos na Justiça por calúnia e difamação. E ainda chegou a levantar a hipótese de que o Secretário da Agricultura tinha atropelado uma menina aqui na Capital do Estado, quando o Secretário se encontrava fora da Capital, viajando para o Interior do Estado.

Aí se comprova, realmente que os processos que Vossa Excelência teve por falar mentiras, inverdades são pertinentes. Vossa Excelência, não sei por quais razões, vive procurando criar problemas ao Secretário de Agricultura e Abastecimento.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência informa que se for pedido "Pela Ordem", deve-se citar o artigo referente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, até agora nenhum dos demais Parlamentares desta Casa usou o artigo para pedir "Pela Ordem". Não serei eu...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Mesa informa que estava chamando a atenção do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, pois o mesmo não estava também concluindo a sua exposição.

O SR. ALGACI TÚLIO - Mas me cabe neste momento, já que fui atingido, responder ao Deputado Dirceu Manfrinato, que este Parlamentar não tem cinco processos, tem doze ao todo, nenhum deles por corrupção, mas em defesa dos injustiçados. E quando o deputado levantou qualquer coisa em relação ao Secretário de Agricultura, levantou baseado numa declaração que não é anônima, tem inclusive firma reconhecida. Está aqui e o deputado Pedro Tonelli a apresentou na Mesa desta Casa para constar dos Anais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está em votação o requerimento.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Já que fomos citados nominalmente por dois Parlamentares, queria informar à esta Casa que quando citei a visita do Secretário Osmar Dias, falei em assentamento, o que é diferente de acampamento. E por assentamento subentende-se os assentamentos que já foram feitos no Paraná, reassentando-se os sem-terras. Foi nestes reassentamentos de terras que o Secretário esteve. Então fica no ar a pergunta pois os assentados não são trabalhadores sem-terras, são trabalhadores reassentados e foi nestas áreas que o Secretário Osmar Dias esteve, para levar adubo e semente para o plantio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está em votação o requerimento. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão.

REJEITADO.

O SR. PEDRO TONELLI - Solicito, Pela Ordem, verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana, Pela Ordem.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência defere e fará a chamada nominal. Solicito ao Senhor 1º Secretário que faça a chamada nominal dos Senhores Deputados.
(É feita a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Responderam a chamada trinta e três Senhores Deputados.

Solicito aos Senhores Deputados que tomem seus assentos para a verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Sete Deputados aprovam, vinte e quatro rejeitam. Está rejeitado o requerimento.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Gostaria, com base no artigo 118, do Regimento Interno, que Vossa Excelência, retornasse ao meu requerimento, para votação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Deste seu requerimento foi pedido adiamento e será encaminhado, evidentemente, na próxima sessão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja fixada a data de 18 de outubro do corrente ano, para a entrega do Título de Cidadão Honorário ao Senhor Leonel Brizola. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da ACARPA, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo informações sobre o resultado da Comissão de Sindicância instaurada na região de Francisco Beltrão. Em votação. REJEITADO.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Eu gostaria de sugerir ao Deputado Pedro Tonelli que contratasse um professor particular de matemática, só assim ele aprenderia a contar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa fará a verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Senhores Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Quatro Senhores deputados aprovam, vinte e seis rejeitam. ESTÁ REJEITADO.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Marmeleiro, encarecendo que o mesmo reconsidere a demissão do professor Municipal João Guarde. Rejeitado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja dado como lido o seu pronunciamento sobre o Seminário "A Constituinte, o Paraná e a Região Sul". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Indústria e Comércio, encarecendo um

pronto atendimento à reivindicação da Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SUDEPE, encarecendo medidas que restrinjam o avanço de barcos pesqueiros de outros Estados no litoral paranaense. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, protestando contra o "Terceiro Rally Pantaneiro", que será realizado em Mato Grosso do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário Especial da Secretaria do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, encaminhando Projeto para melhoria e modernização do escritório Modelo da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, do Município de Arapongas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando o envio de expediente para o Projeto que cria o Município de Lousiânia, desmembrado do Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo providências para apurar as denúncias de desvio de recursos públicos da PROMOPAR. - Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa do dossiê sobre o escândalo do BANCO DEL PARANÁ - Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Seis senhores Deputados aprovam o Requerimento, vinte e quatro rejeitam. Está REJEITADO.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para justificação de voto, Senhor Presidente).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para justificar, encaminhe por escrito, por gentileza.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem, então, Senhor Presidente.

Este Parlamentar apenas estranha a atitude da Bancada do PMDB, porque o dossiê foi exatamente aquele que o Governador Álvaro Dias distribuiu para a imprensa e este Parlamentar queria que esta Casa registrasse nos seus Anais a matéria publicada por Sua Excelência, o Governador do Estado do Paraná. Não entendo a posição da Bancada do PMDB;

Apenas isto, Senhor Presidente.

Não sabem o que votaram, votaram contra o Governador, Senhor Presidente!

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Apenas, para também justificar que foi rejeitada a solicitação do nobre Deputado Algaci Túlio, porque o Paraná inteiro já conhece o assunto, que foi de inteira responsabilidade da Auditoria da Comissão, a qual foi nomeada, e nós, apenas evitamos que o Deputado Algaci Túlio se transformasse no "dono" da matéria na Assembleia Legislativa, que é uma matéria de conhecimento público e que o Paraná todo conhece!

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para dizer, Senhor Presidente, que todo o Paraná conhece o assunto, não resta a menor dúvida. Este Deputado não quer ser "pai" da matéria coisíssima alguma, porque o "pai" da matéria é o próprio Governador. Se a História do Paraná é o assunto, mais tarde não terá acesso a ele a não ser através desta Assembleia, com o registro dos seus arquivos!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - De acordo com o Artigo 152, a Mesa considera matéria vencida: "É proibido expressamente ao Deputado, discutir matéria vencida, podendo apenas enviar à Mesa simples declaração escrita de voto".

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente ao Senhor Diretor - Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a criação da Superintendência Sudoeste/Oeste, no Municí-

pio de Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor de Habitação da Caixa Econômica Federal, em Brasília, encarecendo solução para os problemas que surgiram com a construção do Conjunto Residencial Água Verde, no Município de Londrina. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pelo 9º Encontro Estadual de Comitês Educativos, realizado no Município de Guarapuava. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Presidente do Tribunal de Justiça, viabilizando a criação da Comarca de Ampére. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo solução para os problemas gerados com a expropriação de agricultores no Município de Marmeleiro. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Fazenda, encarecendo o não descongelamento de preços. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo atendimento às reivindicações da população iporãense, feitas pela Presidência do Conselho de Desenvolvimento do Município de Iporã. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da SANE-PAR, por intermédio da secretaria do Interior, encarecendo averiguação aos resultados sobre o abaixo-assinado da comunidade do Núcleo Habitacional São Cristóvão - COHAPAR II, do Município de Umuarama. - **Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Inter-

no.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a estadualização do Grupo Escola Carlos Gomes, do Distrito de Santa Elisa, no Município de Umuarama. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo providências no sentido de viabilizar o alargamento da Estrada Borboleta, no trecho entre a estrada Dourada e Palmital no Município de Umuarama. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo a instalação de uma Agência de Rendas no Distrito de Ivaté, no Município de Umuarama. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo providências no sentido de viabilizar a pavimentação asfáltica da estrada Ceboleira, no trecho PR-323, do parque Industrial no Município de Umuarama. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a reconstrução do prédio da Escola Rural do Rio das Pedras no Município de Paranaguá. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo a reconstrução do prédio da Delegacia de Polícia do Distrito de Santa Elisa, Município de Umuarama. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretários da Educação e Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, pedindo a destinação e instalação de um gabinete odontológico simplificado, na Escola Estadual Souza Naves, no Município de Umuarama. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expedien-

te ao Senhor Presidente do BANESTADO S/A, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo a instalação de uma agência do banco ou posto de serviço no Distrito de Ivaté, Município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo a destinação de duas viaturas equipadas para a Delegacia de Polícia do Município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação da estrada que liga Santa Rita do Oeste ao Município de Terra Roxa. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhor Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo os aparelhos necessários para a fanfarra da Comunidade de Interlagos, no Município de Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo promover, pelos meios de solução efetiva reservados à Federação pela ordem jurídica da República, o recebimento pelo Estado dos "Royalties" de Itaipu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um telefone público - "orelhão" - na Rua Interventor Manoel Ribas n. 150, no Município de Itambaracá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Secretários da Saúde e Bem-Estar Social e ao Superintendente Regional do INAMPS, encarecendo a ampliação das vagas hospitalares para beneficiários do INAMPS, nos hospitais do Município de Bandeirantes. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, pleiteando um auxílio financeiro para a Associação João Paulo II das

Senhoras Santamelienses, do Município de Santa Amélia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Delegado do IBDF, encarecendo autorização para a retirada de areia do Rio Iguaçu, no Município de Capanema, Pérola do Oeste e Planalto. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um posto de serviço telefônico - PS, na localidade de Alto Bela Vista, Município de Enéas Marques. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco do Brasil S/A, pedindo a implantação de um posto avançado dessa instituição no Município de Atalaia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO S/A, pedindo criação de uma linha de crédito para atendimento às micro e pequenas empresas do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Ercílio Slaviero pela inauguração da nova sede administrativa da Companhia de Cimento Itambé, localizada no quilômetro zero da Rodovia BR-277. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente solicitando o envio de expediente aos Senhores Diretor-Geral do DNER, e Chefe do 9º Distrito Rodoviário Federal, encarecendo a construção de "quebras molas" (lombadas), na altura do acesso ao Município de Sarandi, sendo um no sentido Marialva-Sarandi e outro no sentido Maringá-Sarandi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, encarecendo a inclusão no projeto "Mutirão Habitacional", do Município de Santa Fé. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo a destinação de uma ambulância para o atendimento do setor de saúde do Município de Ivatuba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, encarecendo a inclusão, no Projeto Mutirão Habitacional, do Município de Lobato. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, no sentido de viabilizar a inclusão, no Projeto Mutirão Habitacional, do Município de Ourizona. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, no sentido de viabilizar a inclusão, no Projeto Mutirão Habitacional, do Município de Presidente Castelo Branco. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a construção de um Posto de Serviço Telefônico na Ilha do Mel, nas localidades de Prainhas ou Encantadas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando a transcrição, nos Anais desta Casa, do Manifesto da Cooperativa Agropecuária Guarany Ltda, do Sudoeste do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Goioerê, parabenizando-o pela inauguração da sede da Câmara Municipal. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Goioerê, parabenizando-o pela passagem do aniversário daquele Município. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente,

solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de viabilizar a pavimentação de diversas estradas rurais no Município de São Sebastião da Amoreira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Senhor Juiz de Direito de Corumbá, por ter emitido ordem judicial impedindo a realização do 3º Rally Pantaneiro. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário de Estado da Agricultura e Diretor Presidente da EMATER, encarecendo a permanência dos Engenheiros Agrônomos Luiz Carlos Schela e Alidama Mendes no Escritório da ACARPA do Município de Guarapuava. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando votos de congratulações aos atletas paranaenses que participam do Campeonato Brasileiro de Ginástica Olímpica, realizado no Mato Grosso do Sul, onde o Paraná se sagrou vice-campeão brasileiro. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à COPEL, pela decisão de mudar o traçado de uma linha de alta tensão que atingiria uma reserva florestal no Município de Palmeira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente solicitando voto de congratulações à Polícia Militar do Paraná pela comemoração dos 133º aniversário de fundação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da ACARPA, por intermédio da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, encarecendo a designação de um médico veterinário para o escritório da ACARPA no Município de Lunardelli. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da ACARPA, através da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, encarecendo a designação de um técnico agrícola para o escritório da ACARPA no Município de Lunardelli. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, encarecendo a implantação de um sistema de abastecimento de água no Patrimônio Primavera, no Município de Lunardelli. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado Especial do Esporte encarecendo a construção de uma quadra de esportes no Patrimônio Primavera, no Município de Lunardelli. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Raul Lopes, inscrito.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, face ao compromisso assumido junto à Comissão de Segurança, vou adiar essa minha explicação - para amanhã, no Horário do Pequeno Expediente, participando então, no que diz respeito ao futebol paranaense, e à situação do futebol paranaense.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para Terça-Feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 209/86, 09/87, 64/87, 70/87 e 71/87.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 248/86, 13/87, 33/87, 115/87 e 119/87.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LAURO LOBO ALCÂNTARA, EM SESSÃO DO DIA 11 DE AGOSTO DE 1.987.

"MANIFESTO DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA GUARANY LIMITADA"

Pato Branco, 05 de agosto de 1987.
Excelentíssimo Senhor:

Quando a nação pasmada assiste, a importação de leite em pó contaminado por radiações atômicas de países europeus;

Quando a nação vê crescer dia a dia o desespero dos agricultores em produzirem alimentos básicos para a mesa dos seus irmãos, e vê a importação dos mesmos, originários de países mais pobres que o nosso - Malásia -, esses alimentos apodrecerem a céu aberto, como é o caso do arroz e do

milho;

Quando a nação exige dos produtores uma soma de esforços para aumentar a produtividade e a produção, para que a fome seja debelada de vez;

Quando a concentração fundiária se faz presente pelas vendas dos imóveis, por parte dos agricultores endividados, por falta de oportunidades de produção - diversificação e quebra do trinômio - trigo - soja - milho -, além dos preços defasados;

Quando a nação vê seus filhos menos favorecidos pelos desígnios do destino, crescerem de forma anormal em função do baixo aporte protéico e de aminoácidos essenciais;

Quando uma Cooperativa, situada no Sudoeste do Paraná, possui a única Usina de beneficiamento de Leite, fiscalizado pelo Ministério da Agricultura;

Quando oitocentos cooperados estão imbuídos na desesperada produção de 16 mil litros (baixa produção) por dia;

Quando se sabe que o potencial genético é o responsável pela baixa produção de leite;

Quando se tenta objetivar um aporte genético alto padrão com a aquisição de 600 matrizes, para aumentar a oferta de leite à população e à merenda escolar para crianças em idade escolar;

Quando se recebe um comunicado lacônico do Presidente do BNDES indeferindo a solicitação do financiamento para a aquisição de 600 matrizes, através do FINSOCIAL, é de se perguntar: que País é esse?

Que estado de coisas vivemos, quando a portaria de número 01, de 01 de abril de 1987, no seu anexo IX do FND - BNDES - incentiva a agroindústria no âmbito do FND, a inscrever-se no Plano de Metas do Governo (1986-1989) de elevar o nível de nutrição da população brasileira, se recebe como resposta a negativa dessa pretensão, é que solicitamos a interveniência de Vossa Excelência no sentido de demover a Presidência do BNDES, dessa postura, e para viabilizar a aquisição das 600 matrizes holandesas preto e branco, para a produção de leite.

Na esperança de que nossas solicitações sejam parainfadas por Vossa Excelência, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

(a) DILETO NICHELLE

Diretor-Presidente - CAPEG

BACIA LEITEIRA GAÚCHA
RECEBE CZ\$ 500 MILHÕES

"Zero Hora", 05.08.87

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, vai conceder

financiamento de Cz\$ 500 milhões para a compra de matrizes e preparação de infra-estrutura das bacias leiteiras de seis microrregiões do Rio Grande do Sul, o que representa cerca de 1.800 produtores. Os recursos serão aplicados na aquisição de 9 mil matrizes leiteiras, que deverão ser importadas do Uruguai, para evitar problemas no mercado gaúcho, como informou ontem, em Brasília, o deputado Hilário Braun, que acompanhou o diretor do Banco, Carlos Lessa, neste final de semana, em visitas ao interior do Estado, começando por Ijuí, onde examinou os projetos que deverão ter financiamento oficial.

O dinheiro será aplicado não apenas na compra das matrizes, mas também em toda a infra-estrutura de produção como estábulos, silos para pastagem, abastecimento de água e luz. Os 1.800 produtores que serão

beneficiados por esse financiamento, deverão se inscrever perante a Corlac, que será o agente administrador do programa. Os pagamentos dos produtores, desse financiamento, serão feitos com o produto entregue à Corlac, no caso o leite. Um terço dos recursos é a fundo perdido e as seis microrregiões atingidas pelo programa são: Cerro Largo, Alecrim, Três Passos, Herval Seco, Planalto e Campinas do Sul. O projeto começa a ser montado esta semana pelo BADESUL e Corlac, e os recursos serão repassados pelo Banco do Brasil, que já tem orientação para essa operação, como adiantou o deputado Hilário Braun, para quem a grande vantagem é que o agricultor vai pagar o financiamento com o seu produto. Dentro 60 dias, diz, o programa entrará em operação.

(Brasília - ZH).